Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 23

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Após 5 meses, Sidônio ainda busca marca para alavancar governo 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
IOF, vetos e tensão 6

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Aposentados serão ressarcidos 7

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Déficit bilionário em 2040 8

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
SEGURIDADE SOCIAL
Previdência privada, um tiro no pé - ANTONIO PENTEADO MENDONÇA 10

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Entrave à reeleição 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Cada vez mais fundos de previdência investem em cripto. Dica é cautela 13

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
SEGURIDADE SOCIAL
Sem pacote, emendas serão afetadas, diz Gleisi 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
PL coloca Bolsonaro na IV no dia do interrogatório no STF 16

O LIBERAL - BELÉM - PA - INTERNACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL
ENTENDIMENTO - APOSENTADOS 17

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
INSS devolve dinheiro a aposentados a partir de julho 19

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Decisão do STF pautará devoluções 20

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
SEGURIDADE SOCIAL
Mal avaliado nas pesquisas, Lula iguala cenário de Bolsonaro no 3º ano de gestão e tenta combater crises 21

VALOR ONLINE - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
PL coloca Bolsonaro na TV no dia do interrogatório no STF 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL
Sessão do Congresso deve impor derrotas ao governo . . . 24

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Empresas vencem nos tribunais exclusão do ISS do PIS e da Cofins . . . 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
MODA DIGITAL, sustentável e econômica . . . 28

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Ofensiva de partidos contra Haddad é 'aquecimento' para guerra eleitoral em 2026 - COLUNA DO ESTADÃO
. . . 31

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Contas públicas . . . 32

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Todos os Poderes têm papel na austeridade fiscal . . . 33

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Justiça suspende cobranças fiscais até análise de precatório . . . 35

O LIBERAL - BELÉM - PA - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
PARLAMENTARES FAZEM ATO CONTRA MP DO IOF . . . 37

O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Nossa guerra contra o aumento de impostos - DENIS FARIAS . . . 38

O ESTADO DE S. PAULO - CAPA
ECONOMIA
Agências reguladoras perdem 41% da verba em uma década . . . 39

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA
Mercado dividido sobre decisão do Copom . . . 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Agências reguladoras têm redução de 41% das verbas em uma década . . . 43

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
"FEBRE DE COMPRAS" . . . 45

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA
ECONOMIA
Preços de arroz e feijão acumulam queda, diz IBGE . . . 47

O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES
ECONOMIA
Rendimento médio dos brasileiros vai a R$ 3.270 . . . 48

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

PSDB BUSCA ALTERNATIVA APOS RECUAR DE FUSÃO COM PODEMOS 49

Após 5 meses, Sidônio ainda busca marca para alavancar governo

JENIFFER GULARTE

Com a árdua tarefa de conter o desgaste na popularidade do presidente Lula, o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira, lida com sucessivas crises, viu a pasta se transformar em um "bunker" no Palácio do Planalto e, cinco meses após assumir, ainda não encontrou uma marca com potencial de alavancar o governo.

Chamado de "bombeiro" por outros integrantes da gestão, o marqueteiro já lidou com turbulências provocadas por anúncios sobre o Pix, a revelação de desvios em aposentadorias do **INSS** e, agora, os efeitos da tentativa do governo de aumentar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Cotado para ser o principal estrategista da campanha de Lula em 2026, Sidônio, por ora, administra as crises de 2025. Do seu gabinete, no segundo andar do Planalto, comanda reuniões, orienta colegas do primeiro escalão, escolhe porta-vozes para cada tema e dá o tom da mensagem que o governo quer passar a cada nova tempestade. Procurada, a Secom não se manifestou.

A atuação não foi capaz, até o momento, de evitar contratempos. Após o aumento do IOF, no fim de maio, Sidônio conseguiu que o recuo fosse anunciado antes do que sugeria o ministro Fernando Had-dad (Fazenda). O argumento levava em conta a análise das redes sociais, que apontava a repercussão negativa crescendo. O trabalho da Secom também não conteve os novos capítulos da crise: nesta semana, em um intervalo de 24 horas, Haddad bateu boca com bolsonaristas na Câmara, em episódio explorado pela oposição, e o presidente da Casa, Flugo Motta (Republi-canos-PB), anunciou a votação de um texto que acelera a derrubada das mudanças feitas pelo governo no imposto.

O impasse sobre o IOF ocorreu enquanto o governo ainda lidava com as consequências do escândalo do **INSS**, episódio que levou às saídas do ministro da Previdência, Carlos Lupi, e do presidente do instituto, Alessandro Stefanutto. No ápice do escândalo, Sidônio fez reuniões diárias com o novo chefe do **INSS**, Gilberto Waller, e o substituto de Lupi, Wolney Queiroz.

Para o chefe da Secom, a decisão mais célere que o governo precisa tomar agora é de onde sairá o dinheiro para ressarcir os aposentados. A Advo-cacia-Geral da União (AGU) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) autorização para que a verba do ressarcimento fique fora das regras fiscais, o que pode abrir uma nova frente de embates para o Planalto, criticado no Congresso por não ter apresentado medidas de corte de gastos.

ENTREVISTAS E REDES

Com o bombardeio da oposição, Sidônio tem convocado entrevistas com o intuito de fazer Lula expor realizações da gestão. A estratégia ocorreu na véspera da divulgação da Qua-est, no início de junho, quando o presidente falou sobre números positivos da economia, a reação do governo à crise do **INSS** e antecipou programas que pretende lançar nas próximas semanas, e em janeiro, quando a gestão enfrentava a fase mais aguda da crise do Pix.

Outra frente é a cobrança para que aliados se engajem mais nas redes sociais, uma tentativa de duelar com a capilaridade dos posts do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG). In-ternamente, Sidônio repete que há papéis para a comunicação do governo, mas os apoi-adores externos também precisam fazer seus esforços.

Nesse contexto, ele tem sido procurado pelos colegas em momentos delicados. O ministro Carlos Fávaro (Agricultura) foi consultá-lo sobre como conduzir os anúncios que envolviam a descoberta de gripe aviária no Rio Grande do Sul. No caso do Pix, no entanto, ele se queixou a aliados por não ter sido avisado da proposta da **Receita Federal**. Sidônio lidou também com desgastes provocados por viagens internacionais da primeira-dama Janja da Silva, exploradas pela oposição, e a demissão do ministro das Comunicações, Jus-celino Filho, após ser denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por suspeita de desvio de emendas parlamentares, o que ele nega.

Na visão de parte dos colegas, as respostas às crises agora têm método e estão mais organizadas. Há, porém, uma avaliação de que o publicitário ainda não imprimiu uma marca nova na comunicação -o que também falta ao próprio governo.

Aliados do ministro admitem que a gestão começou, em 2023, com a mentalidade de que bastava recriar programas dos governos petistas anteriores, mas que o tempo foi mostrando que o Brasil não é mais o mesmo dos primeiros mandatos de Lula.

Outra crítica é a demora na elaboração da licitação para a comunicação digital, suspensa pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em julho do ano passado, ainda na outra gestão da Secom, após os vencedores terem sido anunciados na véspera pelo portal "O Antagonista". Na ocasião, o governo negou irregularidades. Sem isso, a pasta tem limitações para atuar nas redes.

Após tomar posse, em 14 de janeiro, Sidônio disse que pretendia abrir "imediatamente" uma nova concorrência. Porém, o edital ainda está em fase de elaboração. Há previsão que seja concluído e lançado em junho. Embora haja uma preocupação da organização da operação digital, o ministro não vê esta licitação como a bala de prata para reposicionar o governo na disputa com a oposição. Internamente, defende que apoiadores do governo e o PT se juntem nesse esforço.

Apesar das críticas, a equipe de Sidônio argumenta que mesmo com o pouco tempo já conseguiu aumentar o alcance das contas oficiais. De acordo com dados da Secom, houve avanços especialmente no Instagram e no TikTok.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

IOF, vetos e tensão

»EDUARDA ESPOSITO

A Câmara dos Deputados È % vota hoje o regime de urgência do Projeto de De* f \ ereto Legislativo (PDL) para sustar o novo decreto do imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Além do IOF, haverá a sessão do Congresso Nacional, amanhã, que pode ser longa devido aos 64 vetos presidenciais a serem apreciados e, parte deles, estarem sem acordo - tanto para manutenção, quanto para derrubada.

Ocorrerá, ainda nesta sessão, a leitura do requerimento de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista (CP-MI) sobre os descontos ilegais de pensões e aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), pelo presidente do Congresso, o senador Davi Alcolum-bre (União-AP).

Os líderes partidários dizem que a aprovação para votação da urgência em plenário é um "recado" ao governo federal sobre as últimas medidas econômicas. Tanto a oposição quanto partidos de centro não gostaram da estratégia do ministério da Fazenda, Fernando Haddad, de utilizar o IOF como imposto arrecadatório. O líder da oposição, deputado Luciano Zucco (PL-RS), autor do PDL, está otimista pela aprovação. "A expectativa é extremamente positiva. O número de deputados, de diferentes partidos, que buscaram nosso gabinete para subscrever o pedido de urgência mostra a força desse movimento", disse.

"O Brasil não aguenta mais aumentos de **impostos**. O Congresso precisa, sim, dar uma resposta à altura a esse Executivo que insiste em jogar a conta do descontrole fiscal nas costas da população. A aprovação da urgência será um passo fundamental para barrar mais um retrocesso. E esperamos já votar o mérito na terça-feira", enfatizou.

Pelo lado da situação, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT -AP), acredita que o novo decreto da equipe econômica atende aos pedidos dos parlamentares. "O decreto do governo foi

totalmente sensível a todas as argumentações do Congresso, sobretudo da Câmara de Deputados. Do original, não resta nem 20%. O que ficou é algo que se reporta só a operações do mercado financeiro. Não é aceitável que a maioria dos brasileiros pague **tributos** e uma parcela pequena, os multimilionários, não pague", disse na semana passada.

O senador enfatizou que, mesmo com as manifestações favoráveis à aprovação da urgência do PDL, a oase vai continuar buscando apoio para manter a medida. "O governo entende a posição adotada por parte da Câmara, mas nós vamos buscar votos para a manutenção do decreto, porque o que sobrou já é resultado de um conjunto de diálogos que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o governo tiveram tanto com a Câmara quanto com o Senado", declarou.

Sobre os vetos a serem apreciados na sessão do Congresso Nacional, nem tudo foi acordado. O líder da minoria, deputado Giacobo (PL-PR), disse ao Correio que ainda hoje haverá uma reunião na parte da tarde para dar seguimento às tratativas. Entretanto, o item 07.25.001 do veto n° 7 de 2025, que trata sobre a isenção dos fundos de investimento, ainda não está pacificado. Esse veto estava sendo negociado entre a Fazenda e as frentes parlamentares ligadas ao fundos, como a Frente Parlamentar do Empreendcdorismo (FPE).

O presidente da FPE, o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), disse que o veto será derrubado amanhã. "Fiz uma sugestão de tirar o veto de pauta, mas se ele for pautado, iremos derrubar. O governo não tem maioria no Congresso", disse. Passarinho afirma que o texto construído em conjunto com a Fazenda foi aprovado pelas frentes e falta só a definição da tramitação nas Casas. O governo quer manter o veto e enviar o PL depois, mas as frentes não aceitam e querem votar o texto, com urgência. O líder do governo afirma que resolverá o que der até a sessão. "O que a gente conseguir construir de um bom acordo, muito bem. O que não conseguirmos, nós vamos para a apreciação de votos", afirmou.

Site:
https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/7470/16-06-2025.html?all=1

Aposentados serão ressarcidos

O governo federal espera decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para anunciar o calendário de restituição dos descontos não autorizados em aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O advogado- geral da União, Jorge Messias, reforçou que o governo pretende devolver os valores para todos que foram lesados.

"Nós apresentamos a proposta do plano de pagamento e uma vez que esse plano seja validado e que o Supremo nos autorize a expedir um crédito extraordinário, nós vamos ter a condição de apresentar um calendário de pagamento aos aposentados e pensionistas que já buscaram o **INSS**, apresentaram a contestação e já tem a confirmação dos valores, inclusive com a correção monetária, a serem totalmente ressarcidos", disse Messias na sexta-feira ao programa A Voz do Brasil.

Crédito extraordinário

A Advocacia-Geral da União (AGU) ingressou com uma ação pedindo autorização ao Supremo para abertura de crédito extraordinário para devolução dos valores descontados. Esses recursos não entrariam nos limites de gastos para os anos de 2025 e 2026.

Jorge Messias também afirmou que os aposentados não precisam entrar com ação judicial para receber os valores. O governo ainda pediu ao STF a suspensão das ações em andamento e do prazo de prescrição para a devolução dinheiro.

"Nós estamos dizendo: "fiquem tranquilos, o governo vai fazer o pagamento, você não precisa ir ao Judiciário". Você só vai à Justiça quando tem uma pretensão resistida.

Não é o caso. O governo está garantindo o pagamento. Mas para que não haja nenhum prejuízo a nenhum aposentado e pensionista, nós pedimos a suspensão da prescrição porque nós queremos que ele seja protegido e não tenha seu direito violado" A AGU também conseguiu que a Justiça bloqueasse quase R$ 3 bilhões de 12 entidades associativas e seus dirigentes. A Polícia Federal (PF) estima que mais de R$ 6 bilhões foram descontados irregularmente dos aposentados entre 2019 e 2024.

Site:
https://edicaodigital.jornaldebrasilia.com.br/pub/jornaldebrasilia/?edicao=18811

Déficit bilionário em 2040

O governo federal deveria enviar ao Congresso uma nova reforma da Previdência, com endurecimento das regras de aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e outros regimes. É o que defendem a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) e a Confederação Nacional de Serviços (CNS).

Para as entidades, a reforma da Previdência de 2019 não está sendo suficiente para manter a saúde financeira da Previdência, que pode acumular déficit de R$ 810 bilhões até 2040 em todos os regimes, de acordo com estudo da federação.

A Fecomercio elenca oito propostas de mudanças, incluindo idade mínima de 65 anos para todos os segurados - hoje, mulheres se aposentam aos 62 anos de idade -, fim de benefícios especiais, criação de sistema de capitalização e unificação de regras para trabalhadores do regime geral, servidores e militares.

Já a CNS tem proposta voltada apenas ao Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), que inclui um novo tipo de contribuição previdenciária, zerando a contribuição patronal atual para todas as empresas e diminuindo as alíquotas dos trabalhadores.

André Sacconato, assessor econômico da FecomercioSP, afirma que a reforma da Previdência é "para anteontem".

"Já temos um déficit beirando meio trilhão de reais e, em mais dez anos, pode chegar perto de R$ 1 trilhão; não dá. Isso é aproximadamente 4,1% do **PIB** [Produto Interno Bruto], o que significa que um sobre 25 de tudo que se produz no país no ano inteiro é para a Previdência.

Então, é muito urgente." Sacconato é coordenador dos trabalhados econômicos da federação, que tem levantado os gargalos em várias áreas. O economista defende a mudanç a nas regras dos benefícios e diz que elas devem, por "justiça", afetar todos os regimes, incluindo **INSS**, **servidores públicos** e militares.

Benefício rural pode ser origem de rombo

Segundo Sacconato, o déficit maior, em percentual, está no benefício rural, que corresponde a 41% de todo o rombo. Isso ocorre, diz ele por causa da quantidade de benefícios pagos e não pelo valor, já que a maioria recebe um salário mínimo, hoje em R$ 1.518.

"Pelo fato de que eles [os trabalhadores rurais] não precisam contribuir, o benefício é praticamente um déficit direto. Eles só precisam comprovar 15 anos de atividade rural e ter 60 anos de idade para os homens e 55 para as mulheres." Para o economista, no entanto, é preciso levar em consideração fatores regionais, e as diferenças entre os trabalhos rurais e urbanos.

Scconato reconhece que o trabalhador rural tem um desgaste maior de sua saúde e um envelhecimento mais precoce por conta das peculiaridades da atividade.

"Deve ser discutida a heterogeneidade de regiões. Do mesmo jeito que quem ganha R$ 500 em Maceió ganha mais do que quem ganha R$ 500 em São Paulo, porque o custo de vida menor, há que se entender a diferença clara entre rural e urbano", diz.

"Não adianta nada elevarmos a idade mínima da aposentadoria para 70 para todo mundo e expectativa de vida no campo seja de 68. Mas temos de ir ajustando em outros canais." Luigi Nese, presidente da CNS, defende a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63, em tramitação no Congresso. A medida acaba com as contribuições sobre a folha de salários e sobre a receita ou faturamento e implementa a contribuição sobre movimentação ou transmissão de valores.

Para ele, o modelo reduziria o custo Brasil, com aumento das exportações, da competitividade e dos investimentos, e traria crescimento do **PIB** em 1,2% e aumento de 1,8% nas contratações formais (Da Folhapress).

SAIBA MAIS

» Entre as propostas da FecomercioSP para a Reforma da Previdência, estão estabelecer uma idade mínima única para aposentadoria, de 65 anos; » Reestruturar a regra de pontos herdada da reforma realizada em 2019; » Findar as aposentadorias especiais, rurais, de servidores, professores, policiais e militares; » Avaliar e estudar a viabilidade da implementação de um sistema de capitalização, em que parte das contribuições seja direcionada a contas individuais; » Unificar as regras do RPPS e do RGPS, enfrentando as resistências das categorias organizadas; » Desvincular os benefícios

previdenciários do salário mínimo; » Incluir as pensões militares na reforma, o que não foi feito em 2019; » Estimular a formalização de trabalhadores rurais e equiparar a idade mínima de aposentadoria aos trabalhadores urbanos.

Site:
https://edicaodigital.jornaldebrasilia.com.br/pub/jornaldebrasilia/?edicao=18811

Previdência privada, um tiro no pé - ANTONIO PENTEADO MENDONÇA

ANTONIO PENTEADO MENDONÇA

Antonio Penteado Mendonça SÓCIO DE PENTEADO MENDONÇA E CHAR ADVOCACIA E PRESIDENTE DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

Arecente ideia de taxar a **previdência complementar** aberta com 5% de IOF é um tiro no pé.

Dessas ideias que parecem fazer sentido para aumentar sem muito esforço as receitas do governo. É só ir lá, meter 5% goela abaixo da turma e esperar o caixa engordar. Na teoria é música para os ouvidos de quem não quer cortar gastos e para compensar o que vai mal tunga mais dinheiro, na forma de **impostos**, de quem não aguenta mais pagar, porque já suporta uma carga tributária de mais 40%, sem qualquer retorno decente como compensação.

Só que não é assim. Uma coisa é o que acham, outra é o que acontece. No caso do aumento do IOF para 5% o governo consegue espantar o investidor de **previdência complementar**, que vai buscar outra alternativa para colocar seu dinheiro, sem ser mais taxado do que já é.

Quer dizer, de cara o governo ataca uma das mais eficientes formas de poupança, num país que tem pouca poupança.

Na sequência, quebra o hábito da aplicação em investimentos de longo prazo, que têm como objetivo melhorar a renda das pessoas mais velhas, e, na prática, ainda por cima, mantém a economia aquecida, já que a renda extra pode ser parcialmente utilizada para gastos em produtos e serviços fora da caixinha básica - moradia, alimentação, saúde e educação.

Esta seria a crítica tradicional, ou as premissas que deveriam servir de razão para o governo não aumentar o imposto de um produto de poupança, num país que não tem poupança.

Só que tem um outro lado muito mais cruel para o governo e que pelo que parece não foi levado em consideração, ou pior ainda, não foi ao menos lembrado, pela equipe econômica que elaborou o pacote.

A **previdência complementar** aberta é um produto de longo prazo, uma aplicação na qual o investidor deixa os recursos por muitos anos, invariavelmente mais de dez.

Ora, o Brasil, como disse um competente economista, "é um país onde até o passado é incerto" e no qual o presente pode mudar rapidamente, indo de um cenário positivo para uma crise avassaladora.

Que o diga o trágico governo de Dilma Rousseff.

Os títulos mais confiáveis e eficientes para enfrentar este cenário invariavelmente são os títulos do governo. Por isso as operadoras de planos de **previdência complementar** aberta colocam a maior parte das reservas de seus segurados nestes papéis. Assim, estão entre as maiores detentoras de títulos da dívida pública nacional.

Ou seja, são das grandes financiadoras do governo brasileiro.

Ao elevar o IOF para 5% o governo espanta o investidor, que vai atrás de outra aplicação livre deste confisco. O resultado é que a colocação dos títulos públicos fica mais difícil porque tem menos dinheiro para ser investido neles. É o exemplo perfeito de uma operação perde, perde.

Perde o investidor, que deixa de ter um investimento de longo prazo com taxas de retorno interessantes. Perdem as empresas de **previdência complementar** aberta, que deixam de ter mais recursos em suas carteiras. Perde a sociedade brasileira, que terá menos investimentos em obras públicas.

E perde o governo, que terá mais dificuldade para rolar sua dívida e menos recursos para custear seu funcionamento. I

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Entrave à reeleição

CAIO SARTORI caio.sartori@oglobo.com.br

O cenário adverso que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfrenta nas pesquisas é praticamente idêntico ao que Jair Bolsonaro encarava no mesmo momento do mandato, em 2021. A pouco menos de um ano e meio das respectivas tentativas de reeleição, ambos tinham 57% de desaprovação nos levantamentos da Quaest, além de números parecidos no Ipsos-Ipec e no Datafolha. A boa notícia para o petista é que o adversário foi capaz de se recuperar e chegar competitivo à disputa; a má, que não foi o suficiente para vencer.

Naquele ano, Bolsonaro lidava com a pandemia de Co-vid-19. Em abril, havia sido instaurada a CPI para investigar as supostas omissões do governo na gestão da crise sanitária. Agora, Lula vê o episódio do **INSS**, que também pode virar CPI, minar os indicativos de melhora no desempenho que pesquisas internas começavam a indicar, baseadas no arrefecimento do pessimismo econômico.

-Estamos vendo uma con-solidação da rejeição ao atual governo, que é algo inédito para Lula em seus mandatos. Depois do mensalão, ele se recuperou mais rápido do que agora. Desde janeiro, houve a crise do Pix, a do **INSS** e agora a do IOF -aponta o diretor da Quaest, Felipe Nunes. - Isso significa que o governo vai ter que melhorar muito, promover mudanças internas e de comunicação.

Na série histórica do Ipec, antigo Ibope que agora se fundiu ao Ipsos, Lula amarga a maior desaprovação de seus três mandatos presidenciais, reforça a diretora do instituto, Márcia Cavallari. O tamanho do problema, explica ela, é identificado em todos os pontos da pesquisa que são usados para mensurar a situação de um presidente: avaliação, aprovação à forma de governar e nível de confiança na figura em si.

- E impossível reverter? Não. Já vi, por exemplo, o caso da Dilma (Rousseff), que era dada como carta fora do baralho e foi reeleita. O próprio Lula, quando estourou o mensalão, era considerado cachorro morto, mas se recuperou, foi reeleito e deixou o governo com recorde de aprovação -diz.

"PACOTE DE BONDADES"

Dois movimentos foram fundamentais para Bolsonaro chegar competitivo à eleição de 2022, segundo analistas: o "pacote de bondades" às vésperas da campanha, com pouco ou nenhum apreço pela questão fiscal, e o próprio embate polarizantecom Lula, explorando o antipetismo.

Com aprovação deteriorada em julho daquele ano, o então presidente colocou no coração político do governo, a Casa Civil, um dos quadros mais influentes do Centrão, o senador Ciro Nogueira (PP-PI). O gesto simbolizou o beneplácito do Congresso à gestão, em um ano em que as emendas parlamentares triplicavam de volume.

- Bolsonaro fez naquele momento uma mudança política e de gestão que deu a ele capacidade de recuperar espaço. Para abrir os cofres na tentativa de se reeleger, tinha apoio do Congresso, do Centrão. Já Lula mantém na aliança nomes desses partidos mesmo sabendo que não vão estar com ele em 2026 - observa o diretor da Quaest.

Siglas como PP e União Brasil-que passaram a compor uma federação partidária -, além de PSD e Republicanos, têm espaços na Esplanada, mas costuram abertamente candidaturas de oposição para 2026. Ao mesmo tempo, pronunciam-se contra medidas do governo, como o aumento do IOF.

Lula, no entanto, vale-se do fato de o outro lado ai nda não ter um candidato consolidado para o ano que vem. Bolsonaro sabia que enfrentaria um ex-presidente popular, cujos direitos políticos haviam sido restabelecidos no início de 2021. Àquela altura, o petista já liderava as pesquisas de intenção de voto: na Quaest, tinha 15 pontos a mais que o então presidente.

Costuma ser consensual, entre políticos e pesquisadores, que nenhum outro nome seria capaz de derrotar Bolsonaro e a máquina em 2022. Foi, afinal, a primeira vez que um presidente brasileiro tentou a reeleição e não conseguiu. Hoje, apesar dos índices ruins de aprovação, Lula ainda aparece à frente nas sondagens eleitorais, mas vê cada vez mais os possíveis adversários encostarem nas projeções de segundo turno.

-É muito prematuro dizer que Lula não tem chance de se recuperar. Depende muito de quem serão os candidatos. Do outro lado, há muitos possíveis candidatos e nenhum definido -reforça Márcia Cavallari.

Além da desaprovação, os dados de avaliação de

governo, divididos em três níveis, são praticamente iguais quando se compara o Lula de agora com o Bolsonaro de meados de 2021. Os dois tinham os mesmos 26% de ótimo ou bom e 28% de regular nos levantamentos da Quaest. A única diferença, sutil e dentro da margem de erro, reside na classificação "ruim ou péssimo", na qual o petista tem 43%, um ponto a menos que o adversário.

Nas pesquisas do Ipsos-Ipec e do Datafolha, os números também são praticamente iguais, com diferenças quase sempre na margem de erro.

-O mais importante, para mim, é a questão da confiança, na qual Lula tinha saldo positivo até dezembro de 2023. Hoje, 58% desconfiam e só 37% confiam. A confiança é a variável que mais explica a reputação -diz Cavallari. - No entanto, Bolsonaro estava ainda pior nesse quesito em junho de 2021, com 68% de desconfiança e apenas 30% de confiança. E mesmo assim chegou competitivo à eleição, porque há outras variáveis na hora do voto, como essa divisão entre esquerda e direita, PT e anti-PT.

Característica comum entre os dois é a aposta no expansionismo fiscal. Bolsonaro aumentou o valor do Auxílio Brasil, nome que tinha dado ao Bolsa Família, e apresentou medidas para caminhoneiros e taxistas. Lula, agora, anunciou o vale-gás e gratuidades na conta de luz, num cenário em que o governo recebe críticas por prever aumentos de receita sem corte de despesas. Outra aposta para a reeleição é a reforma do Imposto de Renda, com isenção para quem ganha até R$ 5 mil.

Um obstáculo que Lula pode enfrentar na missão de reverter a conjuntura atual está na dissonância entre a melhora de vida das pessoas e a avaliação do governo. Há mais brasileiros que dizem que a vida melhorou desde que o petista voltou à Presidência do que aqueles que acreditam que ela piorou: 36% a 24%, segundo a Quaest. Os demais não sabem avaliar.

A margem para Lula retomar uma popularidade que o coloque como favorito para a reeleição está mais em fatias que tradicionalmente o apoiam, mas que nas últimas pesquisas passaram a desaprová-lo, sobretudo os brasileiros de baixa renda. Há um ano, eles lhe davam 69% de aprovação, mas hoje dão apenas 50%.

- Existe na nossa pesquisa a percepção de melhora na qualidade de vida desde que Lula assumiu, o problema é que essa melhora se dá em setores que já não votam no Lula, os mais ricos. Os mais pobres não têm sentido essa melhora -afirma Felipe Nunes.

HISTÓRICO

Lula 3 e Bolsonaro ostentam os piores índices de presidentes que estavam a cerca de um ano e meio da tentativa de reeleição. Os dados do Ipsos-Ipec mostram que Fernando Henrique Cardoso contava com 55% de aprovação e 36% de desaprovação em agosto de 1997. Já no Lula 1, o placar favorável era de 55% a 38% em junho de 2005, antes dele ter uma queda na esteira do mensalão e se recuperar para 2006.

O caso mais emblemático, marcado por um episódio específico, é o de Dilma Rousseff. Ela chegou a junho de 2013 com 71% de aprovação e 25% de desaprovação. Eis que as manifestações que tomaram conta das cidades brasileiras naquele mês levaram a uma queda brusca: em julho, as linhas do gráfico se encontraram, e a desaprovação passou a aprovação, deixando o placar em 49% a 45%. A petista conseguiu se recuperar e ser reeleita em 2014, mas por margem apertada e numa eleição polarizada que serviu como aperitivo da crise política que se arrastaria pelos anos seguintes.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Cada vez mais fundos de previdência investem em cripto. Dica é cautela

Ainda que pairem no ar muitos questionamentos sobre os criptoativos, vários produtos regulados oferecem aos investidores fora da "criptosfera" a possibilidade de acessar esse segmento com maior segurança. Essa pode ser uma boa forma de tentar aproveitar os altos retornos que as crip-tomoedas podem ter, mas sem mergulhar de cabeça num mercado tão arriscado. Como ativos de maior risco são indicados para investimentos de longo prazo, as criptos podem ser a cereja do bolo que faltava nos fundos de previdência privada.

Essas carteiras com exposição a criptoativos -com destaque para o Bitcoin - têm entrado no radar tanto das gestoras "criptonativas" quanto das instituições do mercado financeiro tradicional, que começam a se aventurar nessa seara.

E o segmento de fundos de previdência privada complementar (os PGBLs e VGBLs) tem crescido muito, ou seja, recursos não faltam para a diversificar com novos ativos. Essas carteiras encerraram o último mês de maio com patrimônio líquido de R$ 1,6 trilhão, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Desde 2006, o setor tem registrado anualmente mais captações que saques. Só em 2024 foram R$38 bilhões em aplicações líquidas (aplicações menos resgates), um salto de 90% em relação ao ano anterior.

A gestora de criptoativos Hashdex tem hoje quatro fundos de previdência, voltados tanto para o público em geral quanto para investidores profissionais e qualificados, em parceria com XP, BTG e, mais recentemente, SulAmérica e Icatu - este último lançado em fevereiro deste ano. As aplicações mínimas vão de R$ 100 a R$5 mil.

Os produtos têm um reba-lanceamento periódico, aumentando ou reduzindo as fatias em renda variável e renda fixa, conforme o momento de cada mercado.

-Se o Bitcoin está subindo, a gente realiza o lucro e "Os investidores que têm um perfil de moderado a agressivo, que já têm alocação em renda variável, devem considerar uma alocação pequena em cripto para um horizonte de longo prazo"

Samir Kerbage. diretor de Investimentos da Hashdex

"0 ideal é não colocar todos os recursos voltados para a aposentadoria em fundos com exposição a criptos. E a famosa frase: não dá para colocar todos os ovos na mesma cesta"

Renato Eid, superintendente da Itaú Asset aumenta a alocação em renda fixa. Se está caindo, ou seja, mais barato, a gente compra - explica Samir Kerbage, diretor de Investimentos da gestora.

Com um pé no mercado cripto há algum tempo, a Empiricus Gestão, em parceria com o BTG, oferece seu fundo de previdência apenas para investidores profissionais, com aporte mínimo de R$ 1 mil. Sua composição também é reba-lanceada periodicamente.

- Essa estratégia permite investir em cripto de uma forma mais conservadora, diminuindo o risco. É um fundo realmente focado no longo prazo, porque tanto investir em cripto quanto em títulos atrelados à **inflação** permite uma performance positiva em um horizonte maior - afirma Marcello Cestari, analista e responsável pelos fundos de criptoativos na Empiricus Gestão.

O fundo de previdência do Itaú, lançando em dezembro do ano passado, completa o menu do maior banco do país de produtos de investimento com exposição a criptos.

SEM MUITA SEDE AO POTE

Assim como em qualquer outro investimento com exposição a criptoativos, especialistas recomendam uma alocação comedida nos fundos de previdência dessa modalidade: entre 1% e 5% do portfólio.

- Os investidores que têm um perfil de moderado a agressivo, que já têm alocação em renda variável, devem considerar uma alocação pequena em cripto para um horizonte de longo prazo -reforça Kerbage.

Renato Eid, superintendente de estratégias indexadas e investimento responsável da Itaú Asset, reforça:

-O ideal é não colocar todos os recursos voltados para a aposentadoria em fundos com exposição a criptos, diversificando em outras modalidades. É a famosa frase: não dá para colocar todos os ovos na mesma

cesta.

Outra forte recomendação para quem optar por esse tipo de investimento é "administrar a angústia para não cair na armadilha de avaliar que, se cripto está subindo, é ótimo, mas, quando está caindo, não presta", ressalta Eid.

- Quem realmente consegue ganhar dinheiro com investimento é aquele investidor que mira o médio e longo prazo - completa o executivo do Itaú.

Ao contrário de fundos de investimento tradicionais, os fundos de previdência não podem ser compostos 100% por criptoativos. Os reguladores do mercado ainda não estão na mesma página com relação às normas de composição. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estabelece as diretrizes para a constituição, administração, funcionamento e divulgação dos fundos de investimento, por meio da Resolução CVM 175, publicada em dezembro de 2022, permitiu a composição de fundos com 100% de criptoativos. Já a Superintendência de Seguros Privados

(Susep), que regula seguros e **previdência complementar** aberta, estabeleceu um limite de exposição de até 40% em criptos.

Essa bola dividida é uma das razões pelas quais a oferta de fundos de previdência com criptos cresceu, mas ainda de forma limitada.

- O lançamento de um fundo convencional só depende da gestora e do administrador - afirma Kerbage, da Hashdex.

Já os fundos de previdência, além de seguirem as regras estabelecidas pela CVM, precisam da participação de uma seguradora, com autorização da Susep.

-A oferta reduzida não é uma questão de estrutura de mercado. Envolve questões regulatórias -diz Kerbage.

ENCHE OS OLHOS, MAS...

Por conta desse contexto re-gulatório, a maior fatia desses fundos de previdência fica em renda fixa, basicamente em títulos do Tesouro indexados à **inflação** ou à Selic, conforme a estratégia de cada gestora. E as criptos entram como uma pimenta para turbinar o retorno, ocupando, em parte, um espaço que já foi das ações, hoje vistas como um meio-termo entre o conservadorismo (os papéis do Tesouro) e o risco total (as criptos).

De qualquer forma, os números mostram como o desempenho das criptos é uma montanha-russa, por isso elas não podem dominar o patrimônio reservado para a aposentadoria, enquanto os títulos do Tesouro são o que há de mais previsível entre os ativos financeiros.

Em 2022, por exemplo, o Bitcoin acumulou queda de 65%, enquanto a Taxa Selic terminou o ano em 13,75%. Já em 2024, o Bitcoin saltou 120%, enquanto a Selic começou a recuar até encerrar o ano a 11,25%. Hoje, está em 14,75%.

Do começo de 2021 até agora, o Bitcoin se valorizou 285,5% em dólar, um senhor ganho, enquanto a Selic trouxe um retomo acumulado de 55,7%. Esses ganhos das criptos são, de fato, de encher os olhos. Mas o investidor não pode esquecer que esse tufão, assim como venta a favor, pode ventar contra, e na mesma magnitude.

Para se ter uma ideia da complexidade do tema, no mês passado, a Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc), que regulamenta as Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (EFPC), mais conhecidas como fundos de pensão, proibiu a exposição a criptos dessas carteiras, na contramão do que ocorre em países como Estados Unidos e Canadá.

Leia outras reportagens sobre finanças pessoais e investimentos

no site www.valorinveste.com

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Sem pacote, emendas serão afetadas, diz Gleisi

Sofia Aguiar, Renan Truffi e Fernando Exman

À frente das articulações para debelar um dos maiores impasses políticos do governo Lula, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, demonstra confiança na manutenção do decreto que reviu o aumento do IOF e da medida provisória publicada para compensar esse recuo.

A declaração, feita em entrevista ao Valor, ocorreu às vésperas de a Câmara analisar a urgência da proposta que visa a derrubar o decreto presidencial sobre o IOF. Para ela, a MP traz medidas estruturantes ao atacar importantes distorções do sistema tributário. Por outro lado, também ataca o lado das

despesas, ao tratar do Seguro Defeso, de compensações previdenciárias e do Pé-De-Meia, que foi para dentro do orçamento da educação. Além disso, alerta, se as medidas forem derrubadas, o congelamento de recursos também afetará as emendas parlamentares.

A ministra reafirma que o governo está disposto a debater com o Parlamento cortes de despesas, mas apresenta alguns limites para a discussão. Em paralelo, pondera Gleisi, o próprio Legislativo resiste a votar medidas impopulares. "Ninguém quer pôr o dedo na castanha quente."

Para a articuladora política do Planalto, Lula chegará bem à disputa de 2026. Ela cita a crise do **INSS** como fator responsável pelas dificuldades enfrentadas nas recentes pesquisas de opinião. Página A12

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188232?page=20&section=1

PL coloca Bolsonaro na IV no dia do interrogatório no STF

Andréa Jubé

O PL conseguiu emplacar o ex-presidente Jair Bolsonaro, em propaganda partidária veiculada no horário nobre da televisão na noite de terça-feira (10), mesmo dia em que ele foi submetido a interrogatório por mais de duas horas no Supremo Tribunal Federal (STF), como réu na ação penal que investiga a tentativa de golpe de Estado em 2022.

No vídeo, Bolsonaro troca a posição de defesa pelo ataque, acusando o governo de desviar recursos dos aposentados e pensionistas, e cobrando a instalação da comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) para investigar os malfeitos do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Naquele dia, horas antes, Bolsonaro havia surgido nas telas sob pressão, respondendo a perguntas sobre a trama golpista formuladas pelo ministro Alexandre de Moraes do STF e pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet. À noite, no horário nobre, o ex-presidente ressurgiu em postura de acusação, cobrando o governo pela crise do **INSS**.

"Os aposentados não merecem esse tratamento, para o PL, a aposentadoria é sagrada, quem rouba não cuida", disparou Bolsonaro na propaganda. "Nós queremos na CPMI que o PT não assinou, esclarecer todos os assuntos e mais ainda, cobrar de sindicatos e associações cada centavo surrupiado dos inativos e pensionistas", completou. O requerimento de instalação da CP-MI deve ser lido em sessão conjunta do Congresso Nacional, convocada para 17 de junho.

Partido indicou datas para propagandas na primeira quinzena de novembro

Nos bastidores, entretanto, a data estratégica escolhida pelo PL para veiculação da referida propaganda, com Bolsonaro no papel de acusação no mesmo dia em que ele ocuparia o noticiário em situação de revés perante o STF, foi uma articulação ajustada entre a cúpula partidária, e as áreas jurídica e de comunicação do partido, ainda no ano passado.

As datas de divulgação da propaganda foram decididas com antecedência de meses. Segundo o calendário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que regulamenta o tema, os partidos deveríam indicar as datas desejadas para veiculação das propagandas relativas ao primeiro semestre de 2025 no período de 1-a 14 de novembro.

No prazo estabelecido pela Justiça Eleitoral, os advogados do PL indicaram sete dias para veiculação das respectivas peças publicitárias, no rádio e nos canais da TV aberta: 27,29 e 31 de maio, 3,7,10 e 12 de junho. Nessa quinta-feira, foi exibido o último filme publicitário do partido neste semestre.

Em novembro, a PGR sequer havia protocolado a denúncia, mas era de conhecimento de quem acompanhava de perto o assunto que a peça seria oferecida entre fevereiro e março. A par dessa informação, era possível estimar que os interrogatórios dos réus começariam entre maio e junho. Afirmar que a propaganda coincidiría com o dia do interrogatório de Bolsonaro era plausível, mas sem nenhuma certeza.

Uma liderança do PL, procurada pelo Valor, atribuiu o fato a uma "coincidência", argumentando que as datas de veiculação da propaganda partidária foram "decididas bem antes".

Na peça acusatória, Bolsonaro figura como réu, respondendo pelos supostos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado. A defesa do ex-presidente alega que ele desconhecia qualquer plano golpista, e que é alvo de perseguição política.

Pelo tamanho da bancada, o PL tem direito a 20 minutos de propaganda por semestre, por meio de inserções, ao longo da programação normal das emissoras. A norma estipula um número máximo de dez inserções por dia, distribuídas, proporcionalmente, em três faixas de horário, ao longo da programação normal das emissoras de rádio e de televisão.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188232?page=20&section=1

ENTENDIMENTO - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), não desanimam e acreditam que ainda assistirão ao que consagra a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no que concerne ao entendimento dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si, cujos objetivos fundamentais são: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigos 2° e 3° da Carta Magna).

DIALOGO

Não querem e não desejam a afronta, o desrespeito, a desarmonia que acontecem e são divulgadas nos meios de comunicação com frequência. Aguardam que o diálogo franco, de propósitos firmes, seja realizado para se encontrar a convergência e não divergências que implicam em prejuízo irreparável à toda sociedade brasileira, principalmente às classes menos favorecidas. É tempo para se corrigir com ações positivas e favoráveis, visando exclusivamente o desenvolvimento, o progresso e a ordem no País. Almejam aposentados e pensionistas que as ações próprias aconteçam beneficiando toda a sociedade brasileira.

APELO

Aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), vinculados à **Seguridade Social**, não estão conformados com os procedimentos adotados no reajuste anual dos seus proventos e apelam ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no sentido de atender ao disposto no artigo 201, parágrafo 4°, da Constituição Brasileira, assegurando o reajuste dos benefícios previdenciários para preservar-lhes em caráter permanente o valor real, mantendo a igualdade nos aumentos, ou seja, que o índice percentual aplicado ao salário mínimo se estenda aos benefícios pagos pelo **INSS**, eliminando-se a desigualdade hoje existente.

DÍVIDA

O Projeto de Lei número 4434/2008, iniciado como Projeto de Lei número 58/2003, já foi aprovado, repetimos, no Senado Federal e Comissão da **Seguridade Social** e Família da Câmara dos Deputados. Convém destacar a unanimidade na aprovação do Senado e da Comissão. O PL dispõe sobre a atualização e regularização dos proventos das aposentadorias e pensões pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), defasados desde setembro de 1991, quando no governo Fernando Collor de Mello injustamente se procedeu a desvinculação do mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo. A dívida dos deputados federais para com os aposentados e pensionistas perdura há quase 17 anos.

PUNIÇÃO

Consideramos oportuno repetir a nota de 17.02.2025: "a punição imposta aos aposentados e pensionistas além de ser injusta, causa aflição, desconforto e prejudica a qualidade de vida de cidadãs e cidadãos brasileiros. Não é concebível que se despreze o trabalho profícuo que desenvolveram quando atuaram no mercado de trabalho, produzindo e contribuindo, efetivamente, no progresso do País. A aposentadoria digna e merecida é um dos direitos fundamentais concedidos aos que trabalharam e contribuíram financeiramente para ao final serem contemplados e não discriminados pela desigualdade, com reajustes de proventos diferenciados e que impedem o curso normal de suas vidas. Os deputados federais e o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, haverão de reconhecer a desigualdade e corrigi-la".

SAÚDE

O Estatuto da Pessoa Idosa em seu Capítulo IV - Do Direito à Saúde, artigo 15, estabelece: "é assegurada a atenção integral à saúde da pessoa idosa, por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços para prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo atenção especial às doenças que afetam preferencialmente as pessoas idosas".

COMPARTILHAR

"O que eu faço é simples: ponho pão nas mesas e compartilho-o" (Santa Teresa de Calcutá).

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-138101-1606202506%20-

%20ff6f6c6f9f445666a6cad6b078567396.pdf

INSS devolve dinheiro a aposentados a partir de julho

LUANA LEAL

DESCONTOS

Os aposentados e pensionistas do **INSS** terão uma boa notícia a partir de julho: o pagamento dos benefícios virá com reajuste e devolução de valores descontados de forma indevida.

O anúncio foi feito pelo presidente do **INSS**, Gilberto Waller Júnior. Segundo ele, mais de 2,3 milhões de beneficiários entraram com pedido de contestação por descontos que não autorizaram.

Se as entidades responsáveis pelos descontos não apresentarem provas de autorização, o dinheiro será devolvido aos segurados na folha de pagamento de julho. De acordo com Waller, esse valor pode chegar a R$ 1 bilhão.

Contestações online

As contestações seguem abertas e podem serfeitas de forma online pelo site ou aplicativo Meu **INSS**, pela Central 135 ou presencialmente nas agências dos Correios de todo o país.

O esquema de fraudes no **INSS** foi descoberto em abril deste ano pela Polícia Federal. A investigação da PF revelou que, desde 2019, criminosos desviaram mais de R$ 6 bilhões de aposentados e pensionistas em todo o Brasil.

Site:
https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?numero=1262&edicao=23009

Decisão do STF pautará devoluções

Brasília - O governo espera decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para anunciar o calendário de restituição de descontos não autorizados em aposentadorias e pensões do **INSS** feitos por associações. O advogado-geral da União, Jorge Messias, reforçou que o governo deve devolver os valores a todos os lesados. Ele também afirmou que os aposentados não precisam entrar com ação judicial para receber esses valores.

"Nós apresentamos a proposta do plano de pagamento, e uma vez que esse plano seja validado e que o Supremo nos autorize a expedir um crédito extraordinário, vamos ter condição de apresentar um calendário de pagamento aos aposentados e pensionistas que já fizeram a contestação e já têm a confirmação dos valores, inclusive com a correção monetária, para serem totalmente ressarcidos", explicou Messias. A Advocacia-Geral da União (AGU) ingressou com ação pedindo autorização ao Supremo para abertura de crédito extraordinário para a devolução dos descontos indevidos. Esses recursos não entrariam nos limites de gastos de 2025 e 2026.

Site:
https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo

Mal avaliado nas pesquisas, Lula iguala cenário de Bolsonaro no 3º ano de gestão e tenta combater crises

Pablo Ortellado

O cenário adverso que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfrenta nas pesquisas é praticamente idêntico ao que Jair Bolsonaro encarava no mesmo momento do mandato, em 2021. A pouco menos de um ano e meio das respectivas tentativas de reeleição, ambos tinham 57% de desaprovação nos levantamentos da Quaest , além de números parecidos no Ipsos- Ipec e no Datafolha . A boa notícia para o petista é que o adversário foi capaz de se recuperar e chegar competitivo à disputa; a má, que não foi o suficiente para vencer.

Naquele ano, Bolsonaro lidava com a pandemia de Covid-19. Em abril, havia sido instaurada a CPI para investigar as supostas omissões do governo na gestão da crise sanitária. Agora, Lula vê o episódio do **INSS**, que também pode virar CPI, minar os indicativos de melhora no desempenho que pesquisas internas começavam a indicar, baseadas no arrefecimento do pessimismo econômico.

- Estamos vendo uma consolidação da rejeição ao atual governo, que é algo inédito para Lula em seus mandatos. Depois do mensalão, ele se recuperou mais rápido do que agora. Desde janeiro, houve a crise do Pix, a do **INSS** e agora a do IOF - aponta o diretor da Quaest, Felipe Nunes. - Isso significa que o governo vai ter que melhorar muito, promover mudanças internas e de comunicação.

Na série histórica do Ipec, antigo Ibope que agora se fundiu ao Ipsos, Lula amarga a maior desaprovação de seus três mandatos presidenciais, reforça a diretora do instituto, Márcia Cavallari. O tamanho do problema, explica ela, é identificado em todos os pontos da pesquisa que são usados para mensurar a situação de um presidente: avaliação, aprovação à forma de governar e nível de confiança na figura em si.

- É impossível reverter? Não. Já vi, por exemplo, o caso da Dilma (Rousseff), que era dada como carta fora do baralho e foi reeleita. O próprio Lula, quando estourou o mensalão, era considerado cachorro morto, mas se recuperou, foi reeleito e deixou o governo com recorde de aprovação - diz.

Dois movimentos foram fundamentais para Bolsonaro chegar competitivo à eleição de 2022, segundo analistas: o "pacote de bondades" às vésperas da campanha, com pouco ou nenhum apreço pela questão fiscal, e o próprio embate polarizante com Lula, explorando o antipetismo.

Com aprovação deteriorada em julho daquele ano, o então presidente colocou no coração político do governo, a Casa Civil, um dos quadros mais influentes do Centrão, o senador Ciro Nogueira (PP-PI). O gesto simbolizou o beneplácito do Congresso à gestão, em um ano em que as emendas parlamentares triplicavam de volume.

- Bolsonaro fez naquele momento uma mudança política e de gestão que deu a ele capacidade de recuperar espaço. Para abrir os cofres na tentativa de se reeleger, tinha apoio do Congresso, do Centrão. Já Lula mantém na aliança nomes desses partidos mesmo sabendo que não vão estar com ele em 2026 - observa o diretor da Quaest.

Siglas como PP e União Brasil- que passaram a compor uma federação partidária -, além de PSD e Republicanos, têm espaços na Esplanada, mas costuram abertamente candidaturas de oposição para 2026. Ao mesmo tempo, pronunciam-se contra medidas do governo, como o aumento do IOF.

Lula, no entanto, vale-se do fato de o outro lado ainda não ter um candidato consolidado para o ano que vem. Bolsonaro sabia que enfrentaria um ex-presidente popular, cujos direitos políticos haviam sido restabelecidos no início de 2021. Àquela altura, o petista já liderava as pesquisas de intenção de voto: na Quaest, tinha 15 pontos a mais que o então presidente.

Costuma ser consensual, entre políticos e pesquisadores, que nenhum outro nome seria capaz de derrotar Bolsonaro e a máquina em 2022. Foi, afinal, a primeira vez que um presidente brasileiro tentou a reeleição e não conseguiu. Hoje, apesar dos índices ruins de aprovação, Lula ainda aparece à frente nas sondagens eleitorais, mas vê cada vez mais

os possíveis adversários encostarem nas projeções de segundo turno.

- É muito prematuro dizer que Lula não tem chance de se recuperar. Depende muito de quem serão os candidatos. Do outro lado, há muitos possíveis candidatos e nenhum definido - reforça Márcia Cavallari.

Além da desaprovação, os dados de avaliação de governo, divididos em três níveis, são praticamente iguais quando se compara o Lula de agora com o Bolsonaro de meados de 2021. Os dois tinham os mesmos 26% de ótimo ou bom e 28% de regular nos levantamentos da Quaest. A única diferença, sutil e dentro da margem de erro, reside na classificação "ruim ou péssimo", na qual o petista tem 43%, um ponto a menos que o adversário.

Nas pesquisas do Ipsos-Ipec e do Datafolha, os números também são praticamente iguais, com diferenças quase sempre na margem de erro.

- O mais importante, para mim, é a questão da confiança, na qual Lula tinha saldo positivo até dezembro de 2023. Hoje, 58% desconfiam e só 37% confiam. A confiança é a variável que mais explica a reputação - diz Cavallari. - No entanto, Bolsonaro estava ainda pior nesse quesito em junho de 2021, com 68% de desconfiança e apenas 30% de confiança. E mesmo assim chegou competitivo à eleição, porque há outras variáveis na hora do voto, como essa divisão entre esquerda e direita, PT e anti-PT.

Característica comum entre os dois é a aposta no expansionismo fiscal. Bolsonaro aumentou o valor do Auxílio Brasil, nome que tinha dado ao Bolsa Família, e apresentou medidas para caminhoneiros e taxistas. Lula, agora, anunciou o vale-gás e gratuidades na conta de luz, num cenário em que o governo recebe críticas por prever aumentos de receita sem corte de despesas. Outra aposta para a reeleição é a reforma do Imposto de Renda, com isenção para quem ganha até R$ 5 mil.

Um obstáculo que Lula pode enfrentar na missão de reverter a conjuntura atual está na dissonância entre a melhora de vida das pessoas e a avaliação do governo. Há mais brasileiros que dizem que a vida melhorou desde que o petista voltou à Presidência do que aqueles que acreditam que ela piorou: 36% a 24%, segundo a Quaest. Os demais não sabem avaliar.

A margem para Lula retomar uma popularidade que o coloque como favorito para a reeleição está mais em fatias que tradicionalmente o apoiam, mas que nas últimas pesquisas passaram a desaprová-lo, sobretudo os brasileiros de baixa renda. Há um ano, eles lhe davam 69% de aprovação, mas hoje dão apenas 50%.

- Existe na nossa pesquisa a percepção de melhora na qualidade de vida desde que Lula assumiu, o problema é que essa melhora se dá em setores que já não votam no Lula, os mais ricos. Os mais pobres não têm sentido essa melhora - afirma Felipe Nunes.

Lula 3 e Bolsonaro ostentam os piores índices de presidentes que estavam a cerca de um ano e meio da tentativa de reeleição. Os dados do Ipsos-Ipec mostram que Fernando Henrique Cardoso contava com 55% de aprovação e 36% de desaprovação em agosto de 1997. Já no Lula 1, o placar favorável era de 55% a 38% em junho de 2005, antes dele ter uma queda na esteira do mensalão e se recuperar para 2006.

O caso mais emblemático, marcado por um episódio específico, é o de Dilma Rousseff. Ela chegou a junho de 2013 com 71% de aprovação e 25% de desaprovação. Eis que as manifestações que tomaram conta das cidades brasileiras naquele mês levaram a uma queda brusca: em julho, as linhas do gráfico se encontraram, e a desaprovação passou a aprovação, deixando o placar em 49% a 45%. A petista conseguiu se recuperar e ser reeleita em 2014, mas por margem apertada e numa eleição polarizada que serviu como aperitivo da crise política que se arrastaria pelos anos seguintes.

Site:
https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2025/06/mal-avaliado-nas-pesquisas-lula-iguala-cenario-de-bolsonaro-no-3o-ano-de-gestao-e-tenta-combater-crises.ghtml

PL coloca Bolsonaro na TV no dia do interrogatório no STF

Por Andrea Jubé - De Brasília

O PL conseguiu emplacar o ex-presidente Jair Bolsonaro, em propaganda partidária veiculada no horário nobre da televisão na noite de terça-feira (10), mesmo dia em que ele foi submetido a interrogatório por mais de duas horas no Supremo Tribunal Federal (STF), como réu na ação penal que investiga a tentativa de golpe de Estado em 2022.

No vídeo, Bolsonaro troca a posição de defesa pelo ataque, acusando o governo de desviar recursos dos aposentados e pensionistas, e cobrando a instalação da comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) para investigar os malfeitos do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Naquele dia, horas antes, Bolsonaro havia surgido nas telas sob pressão, respondendo a perguntas sobre a trama golpista formuladas pelo ministro Alexandre de Moraes do STF e pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet. À noite, no horário nobre, o ex-presidente ressurgiu em postura de acusação, cobrando o governo pela crise do **INSS**.

"Os aposentados não merecem esse tratamento, para o PL, a aposentadoria é sagrada, quem rouba não cuida", disparou Bolsonaro na propaganda. "Nós queremos na CPMI que o PT não assinou, esclarecer todos os assuntos e mais ainda, cobrar de sindicatos e associações cada centavo surrupiado dos inativos e pensionistas", completou. O requerimento de instalação da CPMI deve ser lido em sessão conjunta do Congresso Nacional, convocada para 17 de junho.

Uma liderança do PL, procurada pelo Valor, atribuiu o fato a uma "coincidência", argumentando que as datas de veiculação da propaganda partidária foram "decididas bem antes".

Nos bastidores, entretanto, a data estratégica escolhida pelo PL para veiculação da referida propaganda, com Bolsonaro no papel de acusação no mesmo dia em que ele ocuparia o noticiário em situação de revés perante o STF, foi uma articulação ajustada entre a cúpula partidária, e as áreas jurídica e de comunicação do partido, ainda no ano passado.

As datas de divulgação da propaganda foram decididas com antecedência de meses. Segundo o calendário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que regulamenta o tema, os partidos deveriam indicar as datas desejadas para veiculação das propagandas relativas ao primeiro semestre de 2025 no período de 1º a 14 de novembro.

Partido indicou datas para propagandas na primeira quinzena de novembro

No prazo estabelecido pela Justiça Eleitoral, os advogados do PL indicaram sete dias para veiculação das respectivas peças publicitárias, no rádio e nos canais da TV aberta: 27, 29 e 31 de maio, 3, 7, 10 e 12 de junho. Nessa quinta-feira, foi exibido o último filme publicitário do partido neste semestre.

Em novembro, a PGR sequer havia protocolado a denúncia, mas era de conhecimento de quem acompanhava de perto o assunto que a peça seria oferecida entre fevereiro e março. A par dessa informação, era possível estimar que os interrogatórios dos réus começariam entre maio e junho. Afirmar que a propaganda coincidiria com o dia do interrogatório de Bolsonaro era plausível, mas sem nenhuma certeza.

Na peça acusatória, Bolsonaro figura como réu, respondendo pelos supostos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado. A defesa do ex-presidente alega que ele desconhecia qualquer plano golpista, e que é alvo de perseguição política.

Pelo tamanho da bancada, o PL tem direito a 20 minutos de propaganda por semestre, por meio de inserções, ao longo da programação normal das emissoras. A norma estipula um número máximo de dez inserções por dia, distribuídas, proporcionalmente, em três faixas de horário, ao longo da programação normal das emissoras de rádio e de televisão.

Site:
https://valor.globo.com/politica/noticia/2025/06/16/pl-coloca-bolsonaro-na-tv-no-dia-do-interrogatorio-no-stf.ghtml

Sessão do Congresso deve impor derrotas ao governo

Caetano Tonet e Gabriela Guido

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), vai fazer a leitura do requerimento e abrir caminho para a instalação da CP-MI que vai investigar o escândalo de descontos indevidos no **INSS** na sessão do Congresso marcada para esta terça-feira (17). Deputados e senadores também devem votar se mantêm ou derrubam vetos importantes para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em um momento delicado na relação entre o Executivo e o Parlamento.

Segundo apurou o Valor, o líder do PSD no Senado, Ornar Aziz (AM), deverá ser o presidente da CPMI do **INSS**. Aziz comandou o colegiado que investigou desvios na compra de vacinas contra a covid-19 e é visto como um aliado importante do governo Lula

na CPMI do **INSS**.

A oposição tenta emplacar um nome na relatoria, que ficará com um deputado, mas a decisão será do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

A estratégia do governo no colegiado será explorar a versão de que o esquema de descontos indevidos não teve origem na terceira gestão de Lula, mas começou a escalar no período em que Jair Bolsonaro (PL) ocupava o Palácio do Planalto. Por isso, segundo uma fonte da base, é fundamental ter um quadro como Aziz na presidência da CPMI.

"[O resultado] vai depender muito da condução. Mas não se trata de governo, trata-se de pessoas que estavam nos governos, cometeram crimes e têm que ser responsabilizadas. Mesmo no governo de outros presidentes isso aconteceu. E não interessa se foi pouco ou muito", disse a fonte, ouvida sob sigilo pelo Valor.

O governo teve que ceder e sabe que alguns vetos na sanção da lei complementar de regulamentação da **reforma tributária** vão cair. Um deles é o dispositivo barrado por Lula que exclui os fundos de investimento, fundos patrimoniais, fundos imobiliários e fundos do agronegócio da condição de contribuintes do IBS e da CBS.

O acordo pela derrubada foi definido em uma reunião do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), e a Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) na quinta-feira (12). O arranjo foi feito em meio ao clima mim com a bancada do agro após o Executivo incluir a tributação de 5% para Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito cio Agronegócio (LCA), antes isentas de tributação, na medida provisória (MP) editada para compensar a revogação do decreto de aumento do IOF.

"Tem um acordo pela derrubada. Só vai entrar nessa sessão do Congresso o que tiver acordo", disse um parlamentar da FPA.

Nessa linha, também devem cair os vetos de Lula à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sancionada no último dia de 2024. Um dos dispositivos vetados, de interesse direto dos parlamentares, proibia o bloqueio de emendas individuais impositivas e de bancada pelo governo. No fim de maio, o Executivo anunciou um corte de gastos que envolveu o bloqueio e o contingenciamento de R$ 7,8 bilhões em emendas parlamentares, o que deixou os congressistas insatisfeitos.

Sem acordo, o governo conseguiu articular o adiamento da apreciação pelos parlamentares dos vetos relativos ao projeto de lei (PL) que altera as regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e ao texto que regulamenta a produção de energia eólica offshore.

No PL das eólicas offshore, o setor de termelétricas a gás, com grande influência no Congresso, faz uma forte pressão para a derrubada do veto de Lula a um artigo que prevê a obrigatoriedade da contratação desse tipo de usina com operação mínima de 70% do tempo. O presidente também vetou trechos que estabeleciam o prolongamento de contratos de usinas a carvão mineral e a aquisição compulsória de energia de pequenas centrais hidrelétricas.

No projeto de lei do BPC, o governo vetou um trecho que tornava obrigatório o atestado de deficiência de grau moderado ou grave para concessão do benefício e outro que garante a continuidade de um mecanismo do Bolsa Família sobre reingresso de beneficiários.

Na quarta-feira (11), o líder do governo no Congresso,

senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou que a análise será adiada, mas não deixou claro se ficarão para a próxima sessão do Congresso os dois vetos ou apenas um deles.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188232?page=20&section=1

Empresas vencem nos tribunais exclusão do ISS do PIS e da Cofins

Marcela Villar De São Paulo

Oito anos depois de ser derrotada na mais importante discussão tributária dos últimos tempos, a chamada "tese do século", a União corre o risco de perder novamente bilhões de reais na principal disputa derivada da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins. Desta vez, discute-se a retirada do ISS da base das contribuições sociais, "tese filhote" em que os contribuintes levam larga vantagem em segunda instância e têm boas chances de conquistar mais uma vitória no Supremo Tribunal Federal (STF).

O placar na última instância do Judiciário indica derrota da União, considerando os votos do Plenário Virtual e do julgamento da tese do século - um espelho do que é visto nos Tribunais Regionais Federais (TRFs), majori-tariamente favoráveis às empresas. Em 75% das 602 decisões proferidas entre janeiro de 2024 e janeiro de 2025, determinou-se a exclusão do imposto municipal, segundo levantamento feito pelo escritório Velloza Advogados.

O julgamento do tema, de n° 118, semelhante à tese do século, ainda não tem data para ser retomado no STF. O impacto para a União, em caso de derrota, é de R$ 35,4 bilhões, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025. Um novo rombo em meio aos esforços do governo federal de elevar a arrecadação e alcançar o déficit zero.

A análise do processo iniciou em 2020, mas foi suspensa em agosto do ano passado. O jul-

gamento é relevante para definir o conceito constitucional de receita bruta. Em algumas decisões envolvendo outras teses filhotes, o Supremo considerou os **impostos** como parte do faturamento das empresas. Mas após o novo sistema ser colocado em prática, com base na **reforma tributária**, os **tributos** serão cobrados separadamente - deixando claro que não são receita para as empresas.

0 levantamento feito pelo Velloza Advogados considera as decisões em recurso de apelação nos seis tribunais federais do país. Todos os julgados dos TRF-1, TRF-2 e TRF-3 - onde se concentra a maior parte dos processos - são a favor da tese dos contribuintes no período analisado, por entender ser aplicável o mesmo fundamento da exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins (Tema 69).

O TRF-4, contudo, destoa. Das 119 decisões, todas elas foram desfavoráveis às companhias. No TRF-5, há entendimento para ambos os lados, mas a maioria acata o argumento das empresas, de que o tributo municipal não configura faturamento, portanto, não deve compor a base de cálculo das contribuições sociais. Já o TRF-6, em Minas Gerais, tem optado por suspender o andamento dos processos até o desfecho da controvérsia no Supremo - mesmo não tendo sido determinada a suspensão.

Por enquanto, o placar está em quatro a dois contra a União, no plenário físico. Faltam cinco votos, mas a expectativa dos tribu-taristas é de vitória do contribuinte. O otimismo leva em conta

o voto de André Mendonça, único com posicionamento até então desconhecido e que votou a favor da tese das empresas em 2024. Se considerado o entendimento do Plenário Virtual - onde o placar estava empatado em quatro a quatro-e os votos relacionados à tese do século, já haveria maioria favorável às companhias.

Votaram no caso três ministros: Dias Toffoli e Gilmar Mendes a favor da União e Mendonça, das empresas. Os votos dos ministros aposentados já proferidos nessa discussão foram preservados - o do relator, Celso de Mello, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski, todos favoráveis aos contribuintes. Por conta disso, não votam os ministros Nunes Marques, Flávio Dino e Cristiano Zanin, que os substituíram, respectivamente.

Levando em conta os votos proferidos pelos ministros em ambas as oportunidades (virtual e presencial), haveria um empate de 5 votos a 5. Faltaria apenas a manifestação do ministro Luiz Fux. E a expectativa é de que Fux siga o que decidiu na tese do século, dando a vitória ao contribuinte.

O caso é um recurso da Viação

Alvorada, empresa de transporte coletivo rodoviário do município de Porto Alegre (RS). Tanto a sentença quanto o acórdão do TRF-4 foram desfavoráveis a ela. Segundo o tributarista Heron Charneski, sócio-diretor do Charneski Advogados que atua pela empresa no Supremo, a posição do tribunal regional no tema é

desfavorável, como era na tese do século.

"A partir da tese do século, o tribunal passou a adotar a orientação do STF, mas como o ISS não foi julgado, ficou na mesma linha da jurisprudência anterior", afirma. A decisão do Supremo ajudaria a uniformizar o entendimento de todos os TRFs, segundo ele, questão importante para o período de transição da **reforma tributária** - onde o ISS não integrará a base da CBS, tributo que substituirá o PIS e a Cofins.

Na visão de Charneski, a tese do ISS não é filhote, mas irmã da tese do século, assim como a exclusão do PIS e da Cofins das próprias bases de cálculos (Tema 1037), que ele também discute. "Todas dependem do conceito de faturamento, que é o que define a incidência do PIS e da Cofins. A interpretação que se busca é a mesma, um concei-

to de receita para PIS e Cofins que seria único", completa.

Todas essas discussões se baseiam na interpretação do que é receita bruta. "É um conceito que vem assombrando o Brasil há muito tempo", diz o economista e advogado tributarista Eduardo Fleury, sócio-fundador do FCR Law. Para muitas decisões "ho-méricas" do Supremo, acrescenta, a receita bruta engloba os **impostos** a serem repassados ao governo. "É difícil achar esse conceito no resto do mundo." Fleury acredita que esse é um "caminho negativo" a ser seguido, principalmente com a aprovação da **reforma tributária** e adoção do split payment. "O novo sistema deixa claro que os **tributos** vêm por fora, são totalmente alheios ao conceito de receita", afirma. Ele lembra que o ISS é similar ao "sales tax" nos Estados Unidos, cobrado separadamente. "O imposto é cobrado em cima da mercadoria e é claramente destacado porque não pertence ao vendedor, ele tem obrigação de pagar para o governo municipal."

A tributarista Fernanda Secco, sócia do Velloza Advogados, defende que, como a jurisprudência é majoritariamente favorável

aos contribuintes, não haveria necessidade de restringir a tese para o futuro - como sugeriu o ministro André Mendonça, para aplicar a modulação dos efeitos. "Não tem surpresa para justificar a modulação", diz.

Mendonça sugeriu que para contribuintes que não incluíram o ISS na base do PIS/Cofms ou que os valores não tenham sido convertidos em renda (ainda em depósito judicial), não haveria cobrança. Mas para créditos tributários extintos, isto é, para quem já pagou tributo todos esses anos, não haveria o que recuperar do passado, por conta do "interesse social" na "preservação da higi-dez do ciclo orçamentário".

Na visão de Fernanda, a proposta causa preocupação, pois afronta a segurança jurídica e a isonomia entre empresas. "Os contribuintes que são mais conservadores e escolheram não aproveitar a decisão favorável e pagar o tributo não vão poder pedir de volta o que pagaram", afirma. "A proposta beneficia quem deixou de pagar, gerando até uma questão concorrencial."

Procurada pelo Valor, a Procu-radoria-Geral da Fazenda Nacional não quis comentar o assunto.

Site: https://valor.globo.com/wall-verify/?next=https://valor.globo.com/virador/#/edition/188232?page=12&section=2

MODA DIGITAL, sustentável e econômica

RAFAELA BOMFIM*

Na contramão de um setor conhecido pelo desperdício e exploração, uma nova vertente ganha força no universo da moda, sem ocupar espaço nem contaminar o meio ambiente. Pesquisa da Universidade de Portsmouth propõe uma alternativa ousada à lógica da fast fashion - roupas que existem apenas no mundo digital, criadas para vestir avatares, fotos e identidades virtuais, mas que podem ser transformadas para o mundo real.

Publicado no International Journal of Retail and Distribution Management, o estudo analisou a crescente presença da moda digital com o seu potencial para transformar um dos segmentos mais poluentes da economia global. É que com a produção em massa acelerando o consumo de recursos naturais, o acúmulo de resíduos têxteis e as emissões de carbono, a proposta de um guarda-roupa virtual é a alternativa de baixo impacto ambiental, com apelo crescente entre consumidores conectados, criativos e conscientes.

A ideia é simples na teoria e inovadora na prática: criar roupas que só existem digitalmente, sem tecidos, costuras ou logística. Vestimentas desenvolvidas com softwares de design 3D podem ser compradas, "usadas" em fotos ou ambientes virtuais, e descartadas sem deixar resíduos físicos. O estudo observou que há consumidores dispostos a pagar por peças que não podem ser tocadas ou experimentadas. A surpresa veio dos dados: pessoas com alta necessidade de toque - aquelas que tradicionalmente valorizam o contato físico com roupas - demonstraram receptividade à moda digital, especialmente quando combinada com experiências imersivas proporcionadas por tecnologias como realidade aumentada e óculos de realidade virtual.

Sensações

"Descobrimos que muitos consumidores conseguem simular mentalmente a sensação das roupas digitais. Para eles, a interatividade, a personalização e a criatividade da e-fashion não representam uma perda de experiência, mas sim uma nova forma de expressão estética e sensorial", explica Kokho Jason Sit, professor senior de Marketing da Universidade de Portsmouth e coautor do estudo.

Ao Correio, a estilista e designer pós-graduada em direção de moda, Bruna Bittar, reforça que a moda digital oferece uma alternativa concreta ao consumo desenfreado do fast fashion porque permite experimentar, expressar e criar identidade sem precisar produzir fisicamente uma peça.

Em vez de comprar uma peça nova para cada postagem nas redes sociais, por exemplo, muitos consumidores jovens partem para as opções digitais que só existem no ambiente virtual - o que reduz significativamente o descarte têxtil e o impacto ambiental. Segundo ela, é necessário melhorar a usabilidade em plataformas sociais, ampliar a acessibilidade dos avatares em ambientes de realidade aumentada e incentivar coleções digitais assinadas por grandes e pequenos estilistas. "A moda digital não precisa substituir o físico - ela pode ser um novo pilar do guarda-roupa contemporâneo", afirma.

Bruna também observa que a moda digital amplia o espaço de experimentação estética sem o peso do consumo material. "Podemos criar roupas que desafiam as leis da física, que mudam de cor com o humor do avatar, que simulam materiais futuristas - tudo isso sem custo ambiental ou imposição de normas sociais." Essa liberdade, segundo ela, estimula uma relação mais autêntica com a própria imagem. Quando a pessoa experimenta um look digital ousado e se sente representada, tende a questionar os padrões **impostos** pela indústria tradicional e a buscar escolhas mais conscientes também no mundo físico. "A moda digital é, antes de tudo, um espelho ampliado da subjetividade", conclui

Novos hábitos

Para a designer, tecnologias como realidade aumentada (AR) e realidade virtual (VR) são fundamentais para consolidar a moda digital como um hábito de consumo, e não apenas uma curiosidade.

Com a AR, já é possível "provar" roupas diretamente pelo celular ou tablet, revolucionando o e-commerce.

Com a VR, consumidores entram em desfiles e showrooms virtuais, interagindo com as criações como se estivessem no ateliê do designer. Bruna destaca que a estética da moda digital está em diálogo com a cultura gamer, do 3D, da arte imersiva e das linguagens das redes sociais. "O visual glitch, o brilho metálico, as formas exageradas e até as roupas "impossíveis" - como vestidos líquidos ou armaduras translúcidas - são fruto dessa fusão de códigos." O impacto ambiental da indústria da moda é severo e

amplamente documentado: produção de tecidos sintéticos, consumo excessivo de água, uso de produtos químicos, emissão de gases de efeito estufa, condições de trabalho precárias e descarte desenfreado de peças. A fast fashion, modelo de negócios baseado na produção rápida e barata de roupas de curto ciclo de vida, é um dos principais motores dessa crise ambiental.

Ao remover completamente a necessidade de matérias-primas, mão de obra industrial, transporte e descarte físico, a moda digital se apresenta como uma possibilidade real de desacelerar essa engrenagem destrutiva. Roupas virtuais não contribuem para o desmatamento, não exigem costureiras em situação de vulnerabilidade, não geram resíduos em aterros e tampouco demandam longas cadeias logísticas com altos índices de emissões.

"A moda on-line pode ser criada, consumida e descartada com um simples clique. Não há envolvimento de materiais não recicláveis, como poliéster, nem os impactos colaterais associados à cadeia produtiva da moda tradicional", afirma Dr. Sit.

"É uma abordagem com potencial para diminuir significativamente os danos ambientais sem sacrificar a criatividade nem a inovação." O estudo também aponta que a alternativa pode ser lucrativa para as marcas.

Em um momento em que o setor sofre pressão por responsabilidade ambiental, inovação e engajamento com o público mais jovem, a roupa digital surge como uma solução versátil e rentável. Coleções virtuais podem ser lançadas com custos reduzidos, maior velocidade e alcance global imediato - sem os riscos logísticos ou as perdas por excesso de estoque.

Para os consumidores, o apelo está na exclusividade, na criatividade e na liberdade de experimentar estilos.

Roupas digitais podem mudar de cor, de forma e até interagir com objetos físicos por meio de chips Near Field Communication (componentes eletrônicos que permitem a comunicação sem fio de curto alcance entre dispositivos) que cria experiências híbridas entre o mundo real e o virtual. A moda digital oferece um espaço seguro para testes de identidade, especialmente para jovens e usuários de plataformas digitais que desejam expressar diferentes facetas de si mesmos sem recorrer ao consumo desenfreado. "A e-fashion pode funcionar como uma aliada estratégica, diminuindo a dependência de peças de baixo valor e alto volume, e oferecendo novas possibilidades para um setor que precisa urgentemente se reinventar", destaca Sit.

**

Para saber mais - Momento de grandes mudanças

A combinação entre criatividade e recursos digitais inaugura uma nova era para o vestuário - mais inteligente, consciente e adaptado às mudanças do mundo contemporâneo.

Esse momento estimula a transformação acelerada impulsionada pela tecnologia, que apresenta soluções digitais para as roupas em todas as etapas - da criação e produção até a comercialização e consumo.

Os estilistas utilizam inteligência artificial, realidade virtual, impressão 3D e algoritmos para essas inovações que impactam nesse cenário.

Com o suporto, são projetadas peças exclusivas, enquanto consumidores passam a ter experiências mais interativas, personalizadas e eficientes.

A digitalização também atinge os processos industriais, e sensores ajudam no controle de qualidade, além das plataformas online, que reduzem os intermediários, aproximando marcas e públicos. Peças duráveis, com menos impacto ambiental, crescem em popularidade. Modelos de negócio baseados em aluguel, revenda e troca ampliam opções.

Marcas apostam em transparência para ganhar confiança. Clientes exigem origem clara, respeito socioambiental e responsabilidade.

Essas experiências híbridas, que misturam físico e digital, em apresentações interativas, acabam por favorecer também o surgimento de pequenos criadores se beneficiam dessas ferramentas, as plataformas independentes facilitam o acesso ao mercado global. Influenciadores lançam coleções próprias. Startups exploram nichos ignorados por grandes grupos. Jovens empreendedores trazem inovação, diversidade e novos valores ao setor. (RB)

***

Três Perguntas para

Com a alta digitalização, o consumidor pode se afastar do compromisso com a sustentabilidade, por achar que o digital "não polui"?

É importante mencionar que os ativos digitais também impactam o meio ambiente porque as tecnologias como realidade aumentada e renderização em tempo real demandam alto poder computacional, o que se traduz em uma significativa emissão de carbono

digital. A criação e a circulação de itens digitais exigem grande uso de energia, especialmente em processos como hospedagem em servidores, gráficos de alta performance e redes blockchain - com destaque para os NFTs, o uso excessivo de skins, filtros e coleções virtuais tem impulsionado uma nova forma de fast fashion no ambiente digital, marcada pela efemeridade estética e pelo descarte simbólico constante. É importante fortalecer iniciativas de literacia digital na população, especialmente entre os jovens.

Quais são os riscos jurídicos mais comuns nesse contexto?

A interoperabilidade de plataformas para o uso de ativos digitais entre uma e outra representa um grande desafio técnico. Essa questão acabou sendo bem endereçada no contexto da Web3 com o a aplicação da tecnologia de blockchain e descentralização, persistindo alguns desafios jurídicos, como os relacionados aos direitos de propriedade intelectual, jurisdição aplicável e Proteção de dados. No que se refere aos direitos de propriedade intelectual, o uso de ativos digitais, como roupas virtuais e skins, pode envolver direitos autorais e marcas registradas. A falta de licenciamento adequado pode gerar disputas entre criadores e plataformas. Há, ainda, a possibilidade de uso irrestrito de itens digitais de marcas conhecidas pode favorecer ações de ambush marketing, (marketing de emboscada), abordagem em que determinada marca não patrocinadora busca se associar a evento ou espaço patrocinado de forma indevida.

Em termos de compliance, que cuidados as empresas de moda devem adotar ao lançar coleções digitais?

Como muitas vezes, o uso acontece no ambiente de games, é importante se atentar especialmente para a proteção de crianças e adolescentes, já que representa importante fatia desse público. É essencial que verifique as ferramentas disponíveis na plataforma para controle etário de acesso, como o age gate. Previne-se a coleta indevida de dados pessoais desse público bem como a realização de ações de merchandising para crianças e adolescentes com elementos do universo infantil, prática condenada pelo Código do Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária. (RB)

Site:
https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/7470/16-06-2025.html?all=1

Ofensiva de partidos contra Haddad é 'aquecimento' para guerra eleitoral em 2026 - COLUNA DO ESTADÃO

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU

A piora do clima entre partidos do Centrão no Congresso e o Planalto tem sido apontada nos bastidores como um "aquecimento" da guerra eleitoral de 2026. Entusiasta de uma candidatura oposicionista no ano que vem, apesar de somar quatro ministérios no governo Lula, a federação União-PP fez questão de convocar uma entrevista coletiva na semana passada para se posicionar contra as medidas alternativas apresentadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para compensar o recuo na alta do IOF. O movimento foi visto como uma forma de testar um discurso de campanha contra a gestão petista: um combo de irresponsabilidade fiscal com aumento de **impostos**. "Taxar, taxar e taxar não será nunca saída", disse o presidente da federação, Antonio de Rueda.

COMPARAÇÃO. Governistas dizem que o Centrão aceitaria aprovar medidas fiscais se planejasse embarcar na tentativa de reeleição do presidente Lula. Em 2022, os principais partidos deram aval, às vésperas da eleição, a um pacote de gastos do ex-presidente Jair Bolsonaro que incluía benefícios a taxistas e caminhoneiros, aumento no Auxílio Brasil e barateamento de combustíveis.

l SIMBÓLICO. Outro fator que não passou despercebido para aliados de Lula foi a presença do líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), na coletiva convocada pela federação União-PP.

l QUASE CONSENSO. O Republicanos, partido do presidente da Câmara, Hugo Motta (PB), e do governador Tarcísio de Freitas (SP), também tem sido ferrenho na oposição ao pacote fiscal de Haddad. Até mesmo o MDB e o PSD, mais próximos ao governo, têm criticado as medidas, ainda que de maneira mais tímida.

l FIM... O governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), enviou à Câmara Legislativa um projeto que cede terreno público para construir a sede da Fundação Athos Bulcão. A entidade, que preserva a obra do artista, ocupa hoje um prédio alugado e tenta há mais de uma década viabilizar um local próprio.

l ...DO IMPASSE. "Faltava local dedicado a essa história de amor por Brasília", afirmou Ibaneis à Coluna. A presidente da Fundathos, Marcia Zarur, disse esperar que a proposta avance de forma rápida. "É algo que está acima de polarização e ideologia. O Athos é maior que tudo isso." l ONIPRESENTE. A arte de Athos Bulcão pode ser vista na capital federal em azulejos da Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima, do Parque da Cidade e do Aeroporto de Brasília. Decorações nas paredes do Congresso, do Palácio do Planalto e do Itamaraty também foram feitas pelo artista.

l AGORA... O PL mudou de estratégia na tentativa de aprovar determinação para que médicos da rede pública indiquem mamografia a mulheres a partir dos 40 anos. Sem conseguir levar a plenário um projeto de lei, o foco agora é emplacar uma emenda na MP do governo que cria o programa Agora Tem Especialistas.

l ...VAI. A emenda foi protocolada pela deputada Júlia Zanatta (PL-SC). "A medida busca garantir o direito fundamental à saúde e promover políticas de prevenção e diagnóstico precoce, reduzindo os custos futuros com tratamentos oncológicos", disse.

PRONTO, FALEI!

Oriovisto Guimarães, senador (PSDB-PR) "A tese de que o aumento de **impostos** traz justiça social porque atinge só o andar de cima é uma ilusão. O andar de cima repassa esses custos ao consumidor."

CLICK José Sarney Ex-presidente da República Com o ministro Bruno Dantas, do TCU, o ex-senador Francisco Escórcio e o ex-deputado Marcelo Barbieri, em homenagem aos 40 anos da redemocratização.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Contas públicas

Rumo ao abismo

Não tem limites a insanidade do governo federal para obter mais dinheiro e continuar a farra irresponsável de ações supostamente sociais. Para compensar o insucesso do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) - um verdadeiro "bode na sala"-, partiu para a elevação de **impostos** e a tributação de investimentos como as Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agronegócio (LCA). Ou seja, que se danem a agricultura e a habitação.

Para o governo, é preferível sacrificar o crescimento do Brasil, pois o que importa é a satisfação de seus interesses. A gestão temerária, por exemplo, instituiu o programa Pé-de-Meia para alunos que já estudam gratuitamente, apresentou projeto de lei para ampliar a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil mensais e editou medida provisória para isentar o pagamento da conta de luz a cerca de 60 milhões de pessoas. Para Lula e sua corte de áulicos, a prioridade nunca foi o Brasil. Vale lembrar que nenhuma das medidas provisórias é urgente nem relevante.

Impotente, o Brasil ruma diretamente para o abismo ante a complacência do Congresso.

Milton Cordova Junior Vicente Pires (DF)

Um adulto na sala

A única forma de o Brasil deixar de ser o eterno país do futuro é ter, na nossa sociedade, mais líderes como Josué Gomes da Silva, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Estadão, A3, 14/6). Infelizmente, a maioria das pessoas que poderiam fazer alguma diferença não pensa no País. Elas estão apenas preocupadas com seus interesses.

Não vou dizer que é urgente, porque é uma necessidade premente há muito tempo que verdadeiros líderes se unam para tornar o Brasil uma grande nação. Entre outras coisas, acabando com a polarização de dois lados que não podem e nunca trarão nada de bom para o País.

Mário Corrêa da Fonseca Filho São PauloA

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Todos os Poderes têm papel na austeridade fiscal

O Congresso tem ticlo um papel importante em frear as investidas do Executivo por renitentes aumentos de **impostos**, sem os quais a meta fiscal não será atingida, já que há resistência do governo a cortar gastos estruturais. Porém, está longe de cumprir com a austeridade que agora prega com veemência ao governo Lula, exigindo corretamente que haja contenção de despesas.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), após reuniões com o presidente Lula e o ministro Fernando Haddad, da Fazenda, das quais resultaram a elaboração de MP com medidas para compensar o rejeitado aumento do IOF, mudou de ideia ao ouvir as bancadas de parlamentares e decidiu colocar em votação projetos de decreto legislativo que fulminarão os aumentos atenuados do IOF. É uma prerrogativa legítima dos parlamentares, que, no entanto, pecam pela ausência de proposição de alternativas. Deveria haver já um leque de opções a antepor ao pacote oficial de aumento de **impostos**.

Deputados e senadores têm uma responsabilidade bem maior agora pelo desempenho orçamentário. O Legislativo, descle a gestão funesta de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), assumiu fatias cada vez maiores da distribuição de recursos públicos, por meio das emenclas impositivas. Hoje, tem poder sobre quase um quarto de todas as verbas de que o Executivo dispõe para gastar livremente. De uma média de recursos de R$ 9,3 bilhões por meio de emendas no período 2015-19, segundo o economista Bráulio Borges (Folha de S. Paulo, 13-6), os parlamentares passaram a dispor de R$ 50,4 bilhões no orçamento de 2025, mais algo em torno de R$ 11 bilhões nos gastos próprios do Ministério da Saúde, um extra acordado com o Planalto cleviclo a uma gambiarra do Congresso. Recursos do orçamento secreto, barrados pelo Supremo Tribunal Federal, ressurgiram por decisão do Legislativo sobre restos a pagar caducos.

É preciso deixar de lado o corporativismo de muitos legisladores e pensar no país-assim como o Judiciário precisa combater práticas como os supersalários. A atitude do Congresso em relação aos pacotes fiscais do governo seria outra, talvez mais proativa, se a liberação das emendas parlamentares não estivesse tão lenta quanto neste momento. O Executivo tem motivos plausíveis para isso. O Congresso não cumpriu sua missão de votar o orçamento em 2024, e a execução no ano corrente, por lei limitada a 1/12 dos gastos, foi, corretamente, reduzida a 1/18 por iniciativa da Fazenda, uma forma consciente de conter despesas, ainda que excepcional. Por este motivo, o Tesouro teve superávit em suas contas até abril, em relação a 2024.

Sem orçamento aprovado, o Executivo apenas em maio pôde fazer um relatório sobre o desempenho de receitas e despesas, usualmente bimestral, destinado a calibrar as ações para atingir a meta fiscal. As emendas parlamentares entraram nessa contenção e o Legislativo deveria colaborar também nesta área com seu quinhão cie sacrifício. Afinal, quando se computa o aumento das despesas da União, há que incluir as transferências para Estaclos e municípios, que avançaram muito, e as próprias emenclas. Pelos cálculos de Bráulio Borges, os gastos da União em 2024, de 18,8% do **PIB**, foram 1,6 ponto percentual superiores â média de 17,2% entre 2006-2010, no segundo mandato do presidente Lula. Ao menos 0,2% do **PIB** dessa elevação foi devido ao aumento das transferências constitucionais, via Fundeb, muito ampliado pelo Congresso a partir de 2021, e outros 0,4% do **PIB** das emenclas.

Outro motivo de dissabor parlamentar contra o pacote fiscal são as investidas do ministro Havio Dino, do STF, ex-ministro da Justiça de Lula, para garantir a transparência republicana da aplicação das emenclas. Dino fez muito para eliminar os resquícios do orçamento secreto e disciplinar a prestação de contas sobre quem enviava e recebia verbas da União, em que quantias e com quais finalidades. O ministro agora vê sinais de obscuridade no acerto feito pelo Planalto para gastos compensatórios de emenclas travestidas em despesas obrigatórias cio orçamento da Saúcle. Para parcela dos líderes do Centrão, porém, as ações de Dino são teleguiadas por Lula.

O Congresso deveria ajudar também a racionalizar gastos, ao destinar as emendas para obras importantes incluídas no planejamento centralizado do Executivo, evitando uma pulverização cie recursos anárquica, em projetos paroquiais com fins marcadamente eleitorais. Há enorme desperdício cie recursos da forma com que os parlamentares as alocam hoje, e vários levantamentos indicam que grande parte das verbas é destinada a custeio e não a investimentos necessários.

Não há dúvidas de que o atual pacote do governo é arrecadatório. Motta, em pleito quase unânime, disse que é necessário cortar e conter despesas, algo imprescindível. O Legislativo, que aprovou o orçamento, tem todas as condições de indicar, em uma análise técnica, as despesas que seriam acliáveis ou desnecessárias, incluindo entre elas as emendas de que dispõe. Se o governo caminha em direção errada, cabe aos parlamentares corrigir o mmo. Dessa forma, a discussão do projeto de decreto legislativo de hoje deveria dar lugar a opções positivas sobre o pacote do governo, e não a um negativismo com fortes laivos eleitorais.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188232?page=20&section=1

Justiça suspende cobranças fiscais até análise de precatório

Marcela Villar De São Paulo

Uma decisão da Justiça paulista suspendeu 17 execuções fiscais em curso contra um contribuinte. A medida deve durar até que sejam concluídas as análises da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) sobre a validade de precatórios apresentados para quitar uma dívida de R$ 200 milhões de ICMS via transação tributária.

A liminar, dada pela juíza Gil-sa Elena Rios, da 15a Vara da Fazenda Pública de São Paulo, beneficia a fabricante de laticínios Mococa. No processo, a empresa afirma que comprou 32 precatórios no mercado para poder pagar parte do passivo fiscal com o Estado, por meio de transação por edital - parcelamento aberto a todos os contribuintes. Mas como a procuradoria tem demorado para analisá-los, não consegue fechar o acordo.

Com isso, as cobranças judiciais contra a empresa continuavam a tramitar, com pedidos de penhora sobre o patrimônio. Isso também a impedia de obter certidão de regularidade fiscal, exigida por clientes varejistas ao comprar seus produtos.

Segundo advogados, não há prazo previsto em lei para a PGE-SP habilitar precatórios e analisar pedidos de transação tributária. Há apenas indicação no site do órgão de que as análises duram cerca de 120 dias. Mas, dizem, tem sido mais difícil negociar com procuradores, pelo aumento nas solicitações de acordos nos últimos meses, sem aumento de funcionários na mesma proporção.

A PGE-SP informa, em nota, que empossou 200 novos procuradores no início do mês, sendo um dos motivos a alta na demanda de transações. Afirma que analisa os pedidos em ordem cronológica. E que não há notícia de decisão semelhante - muito embora não seja frequente o uso de tantos precatórios em um acordo.

O uso de precatórios para compensar débitos inscritos em

dívida ativa foi permitido com a Lei n° 17.843, de 2023. Segundo a procuradoria, até o dia 13 deste mês, foram usados R$ 399 milhões em créditos de precatórios nas compensações tributárias.

No caso do Edital n° 1 /2024 da PGE-SP, do qual se trata a ação da Mococa, foi permitido pagar 75% do passivo com precatórios. Como a empresa comprou os títulos no mercado com desconto de 40%, será vantajoso usá-los.

Ao conceder a liminar, ajuiza levou em conta que os requerimentos da Mococa no Portal de Precatórios permanecem "em análise", o que a coloca "vulnerável a eventual exação dos **tributos**, o que não se pode admitir notadamente ante o peculiar efeito prodrômico do ato futuro a ser praticado (transação ou parcelamento do débito)" .

Na visão dela, estão preenchidos os requisitos necessários para conceder a medida. "A urgência decorre da iminência de atos constritivos. Presentes os requisitos legais, defiro a liminar para determinar a imediata suspen-

são da tramitação das execuções até a conclusão da análise de todos os pedidos de compensação de precatórios", diz (processo n° 1047389-28.2025.8.26.0053).

A tributarista Fernanda Pazello, sócia de TozziniFreire Advogados, diz que a habilitação dos precatórios e análise de transação são solicitações em paralelo. "Enquanto não há a homologação dos precatórios que poderão ser usados na transação, não tem como negociar com o Estado", afirma.

Enquanto a PGE-SP os analisa, a empresa segue sendo cobrada. "Como não existe prazo, a empresa fica nesse limbo, entre o fato de que quer transacionar, mas uma parte da transação depende dos precatórios para formalizar a negociação. Por outro lado, nas execuções fiscais, a PGE-SP tenta penhorar ativos da empresa."

Esses atos de coerção, usuais da procuradoria em ações de cobrança, acrescenta, não deveríam ocorrer nessa situação, em que o contribuinte quer pactuar a dívida de boa-fé. Fernanda ain-

da diz que a liminar deve servir para acelerar a análise do pedido do contribuinte e decisões como essa devem ser dadas com maior frequência, por conta do aumento dos pedidos de transação.

Thiago Taborda Simões, sócio do TSA Advogados que defende a Mococa, afirma que dos 32 precatórios, 31 tiveram a análise deferida. Apenas um está pendente, o que dificultava o cotidiano da empresa. "Os parceiros comerciais, grandes varejistas, exigiam a certidão de regularidade fiscal para habilitação do cadastro de fornecedor", diz.

Ele acrescenta que a decisão ajuda a preservar a companhia, que há pouco tempo estava em recuperação judicial e cumpre o plano de reestruturação. "Entendemos que a PGE-SP tem de fato um volume muito grande de demandas. Só não queremos que o contribuinte seja penalizado."

Em nota, a PGE-SP afirma que "ainda não foi intimada da decisão" e "prestará informações e analisará a viabilidade de recurso nos respectivos prazos legais".

Site: https://valor.globo.com/wall-verify/?next=https://valor.globo.com/virador/#/edition/188232?page=12&section=2

PARLAMENTARES FAZEM ATO CONTRA MP DO IOF

Uma coalizão de 20 frentes parlamentares promete para hoje um grande ato no Salão Azul, no Senado, para pressionar o presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a devolver a medida provisória do governo federal que aumenta a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Em manifesto divulgado na sexta-feira, 13, a coalizão afirma também que o Congresso não pode "aceitar retrocessos que prejudiquem a produtividade, ameacem empregos e comprometam a esperança de milhões de brasileiros por um país melhor e mais justo".

Entre as medidas criticadas estão o aumento da taxação de letras de crédito do agronegócio e do setor imobiliário, de-bêntures incentivadas e ativos virtuais. As frentes ainda classificam a MP de "alarmante" e que as mudanças causarão "graves impactos aos setores produtivos e aos brasileiros".

reunião

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu anteontem, no Palácio da Alvorada, com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), por cerca de duas horas. Os políticos discutiram a MP enviada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que compensa a revogação parcial do aumento do IOF com o au-

mento de outros **tributos**. A reunião foi marcada em meio ao impasse entre o Planalto e o Congresso. Motta pautou para hoje o requerimento de urgência do projeto de decreto legislativo que busca revogar o decreto do governo sobre o IOF.

Motta decidiu avançar com a urgência depois da publicação da MP fiscal, na quarta-feira (11), que desagradou parte da base aliada. O texto estabelece, entre outras medidas, a tributação de investimentos hoje isentos, como LCI (Letra de Crédito Imobiliário) e LCA (Letra de Crédito do Agronegócio).

Também participaram da reunião, que ocorreu fora da agenda oficial da presidência, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Ho-

ffmann, e o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

O decreto e a MP foram anunciados depois de uma reunião no domingo, 8, entre a equipe econômica e líderes partidários, na residência oficial da Câmara. Na ocasião, Motta classificou o encontro como uma "reunião histórica". Dias depois, porém, passou a criticar o texto e declarou que "não foi eleito para servir ao projeto político de ninguém".

Apesar das críticas, Haddad adotou tom conciliador e disse que as reações demonstram "prudência". O governo atendeu parte das demandas da Câmara, como a redução de taxas sobre risco sacado e regras mais flexíveis de isenção para Previdência privada.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-138101-1606202506%20-%20ff6f6c6f9f445666a6cad6b078567396.pdf

Nossa guerra contra o aumento de impostos - DENIS FARIAS

DENIS FARIAS

Enquanto no Oriente Médio a guerra entre Israel e Irã é travada com tanques e dro-nes, no Brasil, a guera acontece nos bastidores do poder, nas salas do Congresso e nos gabinetes da Esplanada dos Ministérios. A peleja contra o aumento de **impostos** virou o novo campo de batalha da política nacional. Aqui a incompetência da equipe econômica, os interesses corporativos, as vaidades políticas e os cálculos eleitorais têm levado o Brasil a um impasse fiscal sem precedentes.

De um lado, o governo Lula com uma equipe econômica perdida, comandada por Fernando Haddad, tenta a todo custo encontrar meios para elevar a carga tributária. A busca por uma receita extra de R$ 20,7 bilhões levou o governo a insistir no aumento do IOF, além de propor a taxação de títulos de renda fixa e investimentos do sistema financeiro.

Por outro lado, o Congresso fortalecido, autônomo, liderado por Hugo Motta na Câmara e por

Davi Alcolumbre no Senado. O Legislativo não apenas rejeita novas cargas tributárias como exige respeito à liturgia do poder e protagonismo absoluto nas decisões. A metáfora da guerra não é exagerada. O cabo de guerra entre Executivo e Legislativo escalou com medidas anunciadas unilateralmente, sem consulta ao Parlamento, e derrubadas no dia seguinte por falta de articulação.

O governo tenta compensar sua fragilidade institucional com discursos vazios. Desde o "orçamento secreto", passando pela derrubada de vetos presidenciais, até a imposição de emendas que superam R$ 50 bilhões por ano, o Legislativo ganhou protagonis-mo. E a equipe do Presidente Lula não apresenta um planejamento de ajuste fiscal estrutural, nem fala em reduzir gastos públicos.

A elite do funcionalismo público repele qualquer menção à reforma administrativa. Estados e municípios não aceitam perder receitas. E o Congresso resiste a qualquer redução de emendas.

Ninguém quer ceder território. E o Executivo não sabe resolver essa equação institucional. Tudo indica que o resultado da guerra sairá das trincheiras do Poder Judiciário.

O governo fala em cortar 10% dos gastos tributários, o equivalente a R$ 80 bilhões, mas não diz onde, como e quando. Resultado? Um país sem consenso e com um campo minado pela desconfiança. A insistência em aumentar **impostos** sem construir pactos mínimos pode resultar em um colapso político-fis-cal. E no meio desse desgoverno está o povo brasileiro: cansado, sufocado e à espera de líderes que encontrem soluções fiscais e tributárias que não transfiram a conta para o bolso do pobre como sempre tem acontecido.

A guerra contra o aumento de **impostos** precisa ser substituída por uma paz fiscal justa, responsável e corajosa. Isso passa por cortes reais nas despesas, revisão criteriosa das renúncias e uma reforma administrativa ampla. O Brasil não aguenta mais medidas improvisadas, soluções curtas e líderes políticos sem preparo técnico.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-138101-1606202506%20-%20ff6f6c6f9f445666a6cad6b078567396.pdf

Agências reguladoras perdem 41% da verba em uma década

Fiscalização desfalcada __ B1

A pressão sobre o Orçamento em razão das despesas obrigatórias, com as sobras em disputa entre o governo e o Congresso, tem asfixiado as agências reguladoras. Com a escassez de recursos, multiplicam-se as filas para registro de medicamentos.

Fiscalizações estão enfraquecidas e as certificações, paralisadas.

As exportações atrasaram.

Levantamento do Estadão/Broadcast com dados do Ministério do Planejamento - que, em nota, disse que não comentaria o assunto - mostra que em 2016, com dez agências, foram liberados R$ 6,4 bilhões no Orçamento, em valores corrigidos pela **inflação**. Neste ano, com uma reguladora a mais, os recursos somam R$ 5,4 bilhões. Considerando as despesas fixas com servidores, a redução de verbas no quadro geral chega a 41%. A falta de caixa encontra, de maneira direta e indireta, o bolso da população.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Mercado dividido sobre decisão do Copom

»ROSANA HESSEL

0 Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), volta a se reunir nesta semana para definir os rumos da taxa básica da economia (Selic), atualmente em 14,75% ao ano. Diante da nova crise entre Executivo e Congresso em torno da polêmica sobre o aumento do imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o pacote de alternativas, o mercado está dividido entre mais um aumento de 0,25 ponto percentual e estabilidade nos juros básicos.

Apesar da divisão das apostas, analistas acreditam que a decisão será unânime no encontro de amanhã e quarta-feira. Eles ainda acreditam que o Copom, na quarta reunião do ano, seguirá cauteloso na condução da política monetária. Vale lembrar que a decisão ocorre em mais uma "super quarta", pois coincide com a reunião do Copom e do Fome, comitê de política monetária do Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos), que deverá manter os juros básicos no patamar atual, entre 4,25% e 4,50% ao ano, podendo iniciar o corte mais no fim do ano, pelas projeções dos analistas.

Mas, apesar da incerteza em relação ao resultado do próximo Copom, a certeza entre os especialistas ouvidos pelo Correio é de que uma queda na taxa Selic ficou mais difícil devido diante da piora das perspectivas sobre o compromisso de equilíbrio fiscal à polêmica em torno do decreto do IOF e do novo pacote alternativo, que ainda deixa dúvidas sobre a sua eficiência devido à resistência crescente no Congresso para a aprovação. E, dependendo dos desdobramentos dos ataques entre Israel e Irã, que fizeram os preços do petróleo dispararem, os riscos inflacionários devem aumentar e tendem a entrar no radar do BC.

O atual ciclo de aperto monetário começou em setembro de 2024 e analistas reconhecem que as incertezas aumentaram em virtude da confusão em torno do aumento do IOF. Para eles, o esperado ajuste estrutural nas contas públicas só deverá ocorrer em 2027, quando um novo governo assumir ou mesmo se Lula for reeleito, porque será inevitável diante da falta de espaço para os gastos discricionários (não obrigatórios), comprometendo o funcionamento da máquina pública. Analistas ainda reconhecem que as recentes declarações do presidente do BC, Gabriel Galípolo, sobre o aumento do IOF, alegando que não se deve usar o IOF para apoiar a política monetária, contribuíram para boa parte do mercado mudar as apostas e esperar nova alta dos juros básicos.

Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, reconhece que mesmo tendo, antes da confusão do IOF, revisado a previsão de alta de 0,25 ponto percentual na Selic para estabilidade, "as condições que levaram ele a essa decisão recente foram revertidas". "Ficamos no meio do caminho. Mantivemos a projeção de estabilidade em 14,75% ao ano, mas acreditamos

que também é possível que a Selic suba para 15%. A certeza é que não há mais espaço para corte de juros tão cedo", afirma Megale. Para ele, se por conta do novo conflito entre Israel e Irã o preço do barril do petróleo continuar subindo, a **inflação** ficará pressionada e só deverá recuar quando o horizonte relevante do Copom for 2027.

O economista da XP ainda avalia que o BC de Galípolo seguirá com problemas maiores do que os enfrentados por seu antecessor, Roberto Campos Neto, para conseguir fazer a **inflação** convergir para a meta, porque o cenário tende a ficar mais complexo para o Banco Central, pois o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não vai ter muito o ue fazer do lado fiscal. Apesar as recentes revisões para baixo, as previsões para a **inflação** oficial deste ano seguem acima do teto da meta, de 4,50%. Logo, 2025, será o novo ano em que o BC não conseguirá cumprir o objetivo do regime de metas, criado em 1999.

"O Copom vai manter a cautela e deixar a porta aberta para os juros subirem mais", alerta Megale, ao comentar sobre o que esperar do **comunicado** do Banco Central na quarta-feira. Segundo ele, a tendência é que os juros continuem elevados, acima de dois dígitos por um período mais prolongado, "pois o governo vai segurar o corte de gastos e vai tentar estimular a economia em 2026, que é um ano eleitoral" "O mercado acredita que o ajuste fiscal só ocorrerá em 2027 e já jogou a toalha sobre qualquer ajuste estrutural no fim do governo Lula, pois nenhum governo faz isso em ano eleitoral", ressalta.

Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, prevê alta de

0,25 ponto percentual, especialmente, devido ao cenário atual inflacionário. Ele reconhece que há uma certa divisão no mercado sobre a decisão do Copom desta semana, e destaca que os discursos dos membros do Copom reforçaram a preocupação do BC

com a **inflação** que, apesar da desaceleração do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ter recuado de 0,43%, em abril, para para 0,26%, em maio, resultando em uma taxa acumulada de 5,32% em 12 meses - acima do teto da meta. "O BC vai precisar aumentar os juros porque as expectativas de **inflação** estão acima do teto da meta. Esse aumento de 0,25 ponto percentual não vai mexer tanto nos juros, mas será uma sinalização adicional de uma preocupação do Banco Central como **inflação**, e ele não deve dar sinais muito concretos de que vai ceder (na condução da política monetária)" destaca.

Pelas projeções da MB, a Selic, no fim de 2026, ficará em 13,50% anuais - acima da mediana das estimativas do mercado, de 12,50%, em virtude da perspectiva de manutenção do aumento de gastos do governo devido às eleições. "Vamos ter um cenário de taxas bastante elevadas no ano que vem, porque o BC vai ter pouco espaço para realizar

quedas mais fortes nos em um ano eleitoral", acrescenta.

Questão fiscal

Assim como Megale e Vale, Jason Vieira, economista-chefe da MoneYou e Lev Intelligence, acredita que, embora a **inflação** de maio tenha desacelerado, a questão fiscal segue no meio do caminho da perspectiva de fim do aperto monetário do BC. "A questão fiscal jogou essa possibilidade por água abaixo. Então, o mercado está bem dividido e levemente pendente a uma elevação da taxa de juros para 15% ao ano, e muito provavelmente, nesse contexto seria a última (elevação da Selic)", afirma.

Eduardo Velho, economista-chefe da Equador Investimentos, também engrossa o coro dos alertas sobre a piora do quadro fiscal, pois prevê que o governo não conseguirá aprovar as medidas propostas para compensar o aumento do IOF e "entregará um rombo fiscal de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano e a dívida pública bruta chegará a 85% do **PIB** até dezembro"". A meta fiscal deste ano é de déficit primário zerado, com limite de tolerância de saldo negativo de até 0,25% do **PIB**.

Pelas apostas de Velho, a Selic

vai subir 0,25 ponto nos juros, nesta semana, permanecendo em 15% anuais até dezembro. Essa é a mesma aposta de Leonardo Costa, economista do banco Asa. Segundo ele, o **comunicado** do colegiado "será duro" em meio a nova crise entre o Executivo e o Legislativo em torno do decreto do IOF. "A situação política aumenta a incerteza e dificulta o trabalho do Banco Central. Com a falta de clareza sobre o compromisso fiscal, o BC precisa atuar com firmeza para ancorar expectativas. Acreditamos que o cenário atual exige uma linguagem mais dura. A retórica de "cautela e flexibilidade" pode se mostrar insuficiente diante do risco fiscal e do impacto sobre as expectativas", afirma.

Inflação incômoda

Fábio Romão, economista sênior da LCA 4 Intelligence, prevê manutenção da Selic no atual patamar até o fim do ano, mas lembra que a **inflação** ainda é fator de preocupação uma vez que segue acima do teto da meta, cujo centro é de 3%. Apesar da desaceleração do IPCA de maio, que ficou abaixo das expectativas da consultoria, de 0,33%, a previsão da LCA para o indicador neste ano, de 5,3%, foi mantida e segue acima da registrada em 2024, de 4,83%.

"A **inflação** não está dominada, mas o cenário desanuviou um pouco e a desaceleração está maior, mas a **inflação** no domicílio rodando em 7% não é boa para a maioria da população", afirma Romão. Ele também reconhece que haverá novas pressões sobre o custo de vida daqui para frente devido a fatores domésticos, como a bandeira vermelha da energia elétrica, que passou a vigorar neste mês.

Apesar de as últimas semanas terem sido bastante confusas na seara política, Roberto Padova-ni, economista-chefe do Banco BV, acredita que as informações recentes não foram fortes o suficiente para indicarem uma mudança na sinalização do BC em relação à última reunião do Copom, de maio. "A comunicação do Copom e a estratégia têm sido muito claras. O Banco Central está dando muito mais importância para a manutenção da taxa básica elevada por um período longo", afirmou. "Antes, até tínhamos uma visão de que podería caber mais uma alta de 0,25 ponto percentual, mas a barra do BC para mudar a estratégia é muito alta", frisa.

A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, também prevê manutenção da taxa Selic em 14,75% ao ano, mesmo com a confusão do IOF e a perspectiva de piora do cenário global por conta do conflito entre Irã e Israel afetando os preços do petróleo. "A nossa avaliação é que o BC vai manter a taxa Selic nesse patamar por um período mais prolongado, porque não tem margem para reduzir a Selic tão cedo. Provavelmente, ele só deverá começar a reduzir os juros no primeiro trimestre de 2026, mas em um movimento bastante moderado", afirma. Ribeiro destaca que, como o cenário internacional estava desinflacionário, essa questão do petróleo e do Irã pode complicar um pouco mais adiante.

"Super quarta"

Para Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, nesta nova "super quarta", a decisão do Fed será mais fácil do que a decisão do Banco Central do Brasil. "O BC norte-americano se depara com o seguinte cenário: precisa tomar uma decisão que vai ter efeitos no médio prazo, mas não faz ideia do que está acontecendo no curto prazo. Seria como voar com os olhos vendados", afirma ele, lembrando que ambos seguem buscando a conversão do custo de vida para as respectivas metas.

Contudo, segundo Leal, a reunião do BC brasileiro tende a ser mais complicada. "Se nos EUA é mais fácil prever a situação da reunião da próxima semana do que o que vai acontecer a partir daí, no Brasil notamos o inverso. Temos uma relativa certeza de que os juros definidos na reunião do Copom ficarão no atual patamar, pelo menos, até o fim do ano; o problema é definir que patamar é esse", sugere. Pelas contas dele, para o nível de juros que temos, 0,25 ponto percentual para lá ou para cá "é totalmente irrelevante para a economia". "Além disso, pelas nossas contas, se os juros forem mantidos neste patamar pelo tempo necessário, o efeito cumulativo dos juros vai trazer a **inflação** para meta, pelo menos no modelo do Banco Central, entre o Io trimestre e o 2o trimestre de 2027", afirma o economista da G5, referindo-se que, no próximo Copom, de 29 e 30 de julho, o horizonte relevante monitorado pelo BC passará a ser o Io trimestre de 2027.

Site:
https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/7470/16-06-2025.html?all=1

Agências reguladoras têm redução de 41% das verbas em uma década

RENAN MONTEIRO E LUIZ ARAÚJO BRASÍLIA

A pressão sobre o Orçamento em razão das despesas obrigatórias, com as sobras em disputa entre Executivo e Legislativo, tem provocado efeitos concretos no funcionamento das agências reguladoras. Com recursos insuficientes, o foco dos gestores é "garantir o essencial".

Na prática, multiplicam- se as filas para registro de medicamentos; fiscalizações estão enfraquecidas; certificações, paralisadas; e exportações, atrasadas.

Levantamento feito pelo Estadão/ Broadcast com dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), do Ministério do Planejamento, mostra que dez das 11 agências federais foram afetadas por cortes na última década. Em 2016, com dez agências, foram liberados R$ 6,4 bilhões na Lei Orçamentária Anual (LOA), em valores corrigidos pela **inflação**.

Neste ano, com uma reguladora a mais, os recursos somam R$ 5,4 bilhões. Considerando as despesas fixas com servidores, as quedas no quadro geral chegam a 41%. Em nota, o Ministério do Planejamento disse que não comentaria o assunto.

As verbas para custeio e novos investimentos estão ainda mais comprimidas. Nesse recorte, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) tem uma redução de quase 65% dos recursos.

Para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), as reduções superam 40%.

Em uma operação de emergência financeira no meio do ano passado, o Ministério dos Transportes precisou repassar R$ 18 milhões do próprio caixa para socorrer a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Com orçamento insuficiente para as atribuições básicas enquanto vê disparar o número de concessões rodoviárias, o socorro também foi feito a partir do repasse de parte das despesas obrigatórias da ANTT para a Infra S.A., estatal do governo, e até para as próprias concessionárias de rodovias.

A falta de caixa encontra, de maneira direta e indireta, o bolso da população. A Anac aponta atraso na certificação de aeronaves da Embraer, o que pode encarecer o preço das passagens aéreas. Provas teóricas para pilotos quase foram canceladas por falta de pagamento da Anac à Fundação Getulio Vargas (FGV). Na Saúde, filas para registro de medicamentos se alongam com o enfraquecimento financeiro da Anvisa.

Dos órgãos regulatórios, só a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) respondeu à reportagem (mais informações na pág. B2).

PESSOAL. O quadro de funcionários também sofre desidratação, apesar da crescente demanda nas operações dos órgãos vinculados ao Executivo.

A Anvisa tinha 2 mil servidores em 2016 e, no extrato deste ano, tem 1,4 mil, registrando a queda mais acentuada entre as reguladoras (-36,5%) ao longo da última década. O mesmo ocorre em praticamente todas, com exceção da ANA, que tem um quadro quase inalterado.

O número de servidores em baixa é refletido no volume de recursos liberados anualmente para esse fim. Com as cifras corrigidas pela **inflação**, todas as agências tiveram redução desse tipo de verba.

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências de Regulação (Sinagências), Fabio Rosa, a sangria orçamentária já superou o limite suportado pelos órgãos. Para ilustrar o preço de uma fiscalização enfraquecida, relembra tragédias como Mariana, Brumadinho e os apagões elétricos.

O representante sindical destaca um problema mais invisível: sem recursos, as reguladoras estão cada vez mais incapazes de criar condições para ampliar seus respectivos mercados.

Sem pessoal e orçamento adequados, os gestores das agências são forçados a fazer escolhas, renunciando a parte de suas competências. "Se não tiver condições de executar a minha missão institucional, infelizmente vamos caminhar mesmo para a irrelevância, o que é o desejo de muitos", afirma o presidente do Sinagências. |

"Se não tiver condições de executar a minha missão

institucional, infelizmente vamos caminhar mesmo para a irrelevância, o que é o desejo de muitos"

Fabio Rosa Sindicato Nacional dos Servidores das Agências de Regulação (Sinagências)

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

"FEBRE DE COMPRAS"

O avanço do e-commerce no Brasil -que cresceu 10,5% em 2024, atingindo faturamento de R$204,3 bilhões - está aquecendo o segmento de condomínios logísticos. Nos últimos cinco anos, a oferta anual desses espaços mais que dobrou de tamanho e estima-se que, em 2025, serão construídos mais 2,9 milhões de metros quadrados (m2), que se somarão aos 34,4 milhões de m2 em estoque dos chamados galpões de alto padrão. São empreendimentos planejados para atender às necessidades de empresas que operam com logística, armazenagem e distribuição de produtos.

Antes da pandemia, era ofertado 1 milhão de m2 por ano. Outro indicador da ebulição do setor é a taxa de vacância, que está no menor patamar histórico, atingindo 7,9%, segundo dados da Jo-nes Lang LaSalle (JLL), consultoria imobiliária global.

- O crescimento desse segmento dobrou durante a pandemia, puxado pela expansão do e-commerce - diz André Romano, gerente da divisão Industrial e Logística da JLL, lembrando que a instalação de novos data centers ajuda no crescimento de galpões.

Os negócios vêm se multiplicando. A BTG Asset anunciou no primeiro trimestre um novo fundo para investir em um galpão logístico em Cajamar, na Região Metropolitana de São Paulo. Foi captado R$ 1 bilhão para erguer o novo complexo logístico em uma área de aproximadamente 742 mil m2, localizado na

Rodovia dos Bandeirantes. O terreno custará R$ 333 milhões. Para os investidores do fundo, a rentabilida-de-alvo das cotas sênior (para investidor institucional) é de IPCA mais 9% ao ano, o que torna a opção atraente em comparação com outros produtos de renda fixa.

Só a BTG Asset tem quatro fundos de logística, com 59 ativos que somam 3 milhões de m2. Em cinco anos, a Asset chegou a R$ 12 bilhões investidos em ativos de logística, uma aposta ousada no setor.

-O conceito de galpão logístico mudou. Não se trata de um armazém antigo, longe de tudo, onde se armazenava mercadoria. Era essa a imagem na cabeça das pessoas. Os galpões se transformaram em plataformas logísticas, essenciais para controle de estoque das empresas. No Brasil, país continental, onde o modal rodoviário é o mais importante, eles tornam mais eficientes operações de delivery -diz Michel Wurman, sócio responsável pelo investimento imobiliário do BTG.

RETR0FIT DE GALPÃO

Grandes players do e-ecom-merce vêm buscando cada vez mais espaço nesses condomínios logísticos. Um levantamento da Erea, consultoria especializada em galpões logísticos e industriais, mostra que o Mercado Livre já acumula 1,6 milhão de m2 em galpões. E a busca segue em alta. O Mercado Livre será o inquilino da BTG Asset no novo condomínio em Cajamar. A empresa argentina já fechou contrato de locação por 12 anos, e o empreendimento deve começar a funcionar em 2026.

logístico mudou. Não se trata de um armazém antigo, longe de tudo, onde se armazenava mercadoria. (...)

Os galpões se transformaram em plataformas logísticas, essenciais para controle de estoque das empresas"

Michel Wurman, sócio responsável pelo investimento imobiliário do BTG

A Shopee, empresa de Cingapura, informou que já consolidou rede logística de 1 milhão de m2 no país, com espaços em 24 estados. São 13 centros de distribuição nas regiões metropolitanas. No mês passado, a Shopee inaugurou em Pernambuco sua segunda unidade de centro de distribuição, socliente, é feito no local.

Recentemente, a Shopee triplicou o centro de distribuição no Rio com a unidade em Duque de Caxias. Também foram realizados investimentos em automação que devem reduzir os prazos de entrega. O centro emprega mais de 800 pessoas, e a expectativa é ter mais de 2 mil empregos até o fim do ano.

Do lado das construtoras, a Goodman, grupo global com sede na Austrália, que atua tanto com galpões quanto com data centers, tem investido em galpões logísticos distantes até 15 km dos grandes centros, para a chamada "última milha" -quando o produto sai do centro de distribuição e chega ao cliente final. A empresa está no Brasil desde 2012 e tem foco em São Paulo.

Com escassez de terrenos na cidade, a Goodman trabalha inclusive com retrofit de prédios e áreas que já tiveram algum tipo de ocupação. Em paço que

abrigava a antiga fábrica da Rhodia. Em Inter-lagos, na Zona Sul, a Goodman comprou uma fábrica desativada da Avon para transformar em galpão.

-Construímos e fazemos a gestão. Sempre há demanda para bons projetos, galpões bem localizados, com espaço para que os veículos possam entrar, sem causar impacto no trânsito ao redor, e área de descanso para funcionários - diz Edi-th Bertoletti, diretora executiva da Goodman Brasil.

O grupo Engemon, com sede em São Paulo e especialista em construção, infraestrutu-ra e operação de data centers, vê uma aceleração na busca por data centers e tem seis projetos em construção nos estados do Rio, São Paulo, Sergipe e Brasília, historicamente, o maior número de sua carteira. Só na construção civil desses locais o investimento soma R$ 1 bilhão nos próximos

16 a 18 meses. A empresa já tem 50 data centers em operação e mais de 40 construções no portfólio, e as perspectivas são positivas: a expectativa de crescimento anual do setor no Brasil é de até 15%.

- O Brasil reúne condições estratégicas para se tornar um hub global de data centers com o avanço da transformação digital, crescimento da inteligência artificial e a busca por soluções energéticas sustentáveis. Esses fatores têm colocado o país no radar global de grandes investimentos em infraes-trutura de dados -observa Marcus Vinícius Oliveira, gerente de projetos estratégicos da Engemon.

"VIEIRA SOUTO OU FARIA UMA"

São Paulo concentra 51% dos condomínios logísticos do país, segundo a JLL, mas eles vêm se espalhando pelo país com a expansão de vendas online. Minas Gerais tem 10,3% da área total, e o Rio surge em terceiro, com 8,8%. Em São Paulo, a cidade de Cajamar está sendo chamada de "Vieira Souto ou Faria Lima dos condomínios logísticos", por acumular empreendimentos tri-pleA, com pé direito de 11 metros de altura e espaço para manobras de carretas, que tornam a operação eficiente.

Cajamar tem 4 milhões de m2 desses galpões, mais do que toda a Colômbia, com 3 milhões de m2.0 município tem localização estratégica, perto de grandes rodovias, como Anhanguera e Bandeirantes, e do Rodoanel, é próximo de São Paulo (29 km) e a prefeitura oferece incentivos fiscais para atrair galpões logísticos. Nesses condomínios estão empresas como Mercado Livre, Amazon e Magazine Luiza.

No fim de 2024, o Magalu criou uma empresa de logística: o Magalog. O grupo investiu quase R$ 1 bilhão no setor, nos últimos seis anos. Tem 21 centros de armazenamento, distribuídos em 17 estados, que somam 930 mil m2.

Assim como afeta toda a economia, os juros altos atrapalham o setor de condomínios logísticos. Vitor Oliveira, chefe de pesquisa e produtos da Erea, lembra que o ciclo de investimentos leva dois anos. Portanto, as entregas de galpões previstas para 2025 ainda refletem custo mais baixo, antes da alta da Selic. Já os projetos previstos para 2026, se não tiverem um locatário-âncora, encontram dificuldade de obter recursos e, quando obtêm, o fundingé mais caro.

- Projetos aprovados que não conseguem fechar capital sequer iniciam obras, e a oferta encolhe - explica Oliveira.

Além disso, com taxa de vacância baixa, aumento do custo das obras e **inflação**, o aluguel vem subindo, diz Oliveira. Em Cajamar, o preço do aluguel por m2 já chega a R$ 40, alta de 66% desde 2019. Para Wurman, do BTG, independentemente das condições econômicas, a tendência para o setor é de crescimento, diante da alta do consumo. Ele lembra que o México tem mais de 100 milhões de m2 de condomínios logísticos, enquanto apenas a cidade de Los Angeles, nos EUA, tem 110 milhões de m2.

-Vamos ver a descentralização dos galpões no Brasil. Onde houver **PIB** haverá galpão logístico para atender o público -diz Wurman.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Preços de arroz e feijão acumulam queda, diz IBGE

Embora os alimentos ainda pressionem de modo geral o bolso do consumidor, a tradicional dupla arroz e feijão ficou mais barata no Brasil no acumulado dos últimos 12 meses, com quedas de preços que chegaram a dois dígitos.

E o que apontam os dados do IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), o indicador oficial de **inflação** do país, calculado pelo IBGE.

De acordo com analistas, a redução está associada principalmente à elevação da oferta dos produtos com safras maiores. Mudanças no perfil de consumo da população também teriam gerado impacto nos preços.

No caso do arroz, a queda acumulada foi de 12,07% nos 12 meses até maio, segundo o IPCA. O grão engatou uma sequência de oito recuos consecutivos no recorte mensal, desde outubro do ano passado.

Entre os quatro tipos de feijão pesquisados no IPCA, o preto acumulou a maior baixa nos 12 meses até maio, de 23,01%. O carioca, o mais consumido no Brasil, teve a segunda queda mais intensa, de 13,17%.

Ainda houve reduções nos preços do fradinho, de 7,23%, e do mulatinho, de 4,25%. Essas duas variedades de feijão pesam menos na composição do IPCA.

"O principal fator [para a queda dos preços] é a oferta maior que a demanda", afirma o consultor Evan-dro Oliveira.

Outra questão importante, aponta o consultor, é a febre das bets. Esse possível impacto nas vendas de arroz e feijão também já foi sinalizado por outros analistas.

Site:
https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3163#book/

Rendimento médio dos brasileiros vai a R$ 3.270

0 rendimento médio dos brasileiros chegou a R$ 3.270 no quarto trimestre de 2024, o maior já registrado no País. Os dados, divulgados na última sexta-feira (13), são do boletim Emprego em Pauta, do Departamento Intersin-dical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

De acordo com o levantamento, entre 2014 e 2022 o rendimento médio no País manteve-se praticamente estável, com exceção dos anos 2020 e 2021, impactados pela crise pandêmica. No entanto, de 2022 até 2024, houve aumento de 7,5% no rendimento médio das pessoas ocupadas, que chegou a R$ 3.270 mensais no quarto trimestre de 2024.

O boletim destaca porém que, embora o crescimento médio do rendimento tenha ficado em torno de 7,5%, entre 2022 e 2024, para todas as faixas de renda, os que ganhavam menos foram menos beneficiados. Para os ocupados com os menores rendimentos, o aumento foi equivalente a R$ 76 mensais. Já para os 10% com maiores rendimentos,

o ganho foi 12 vezes maior: de R$ 901 mensais.

O levantamento mostra ainda que quase um terço dos ocupados, no último trimestre de 2024, continuava a receber, no máximo, um salário mínimo, enquanto os preços de itens básicos de consumo cresciam em ritmo mais acelerado do que a média da **inflação**, afetando diretamente os mais pobres.

"Por isso, políticas que incentivem a criação de empregos formais, a valorização do salário mínimo e o uso de instrumentos de negociação coletiva são fundamentais para a melhoria da vida dos brasileiros", destaca o texto. (Com informações da Agência Brasil)

Embora o crescimento médio tenha ficado em torno de 7,5%, os que ganhavam menos foram os menos beneficiados

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-138101-1606202506%20-%20ff6f6c6f9f445666a6cad6b078567396.pdf

PSDB BUSCA ALTERNATIVA APOS RECUAR DE FUSÃO COM PODEMOS

RAFAELA ROSA E LUCIANA LIMA

Brasília - O PSDB decidiu suspender as tratativas para fusão com o Podemos depois de alguns meses de negociação e já conversa com outros partidos. Os tucanos alegam que o principal impasse para o rompimento foi a disputa pela presidência do novo partido que surgiria com o acordo entre as duas legendas. O deputado Aécio Neves (PSDB-MG) informou que a gestão compartilhada sempre foi conversada, mas o Podemos propôs uma alternativa que não agradou ao PSDB.

"Nós propusemos um rodízio na presidência nos primeiros dois ou três anos e, depois, ele-geríamos um diretório definitivo. Mas a contraproposta do Podemos é que eles queriam já este ano eleger uma direção por quatro anos", disse o parlamentar mineiro. "É uma exigência que não estava nem sendo cogitada e para nós, é intransponível. Nós agradecemos, dissemos que nesse tempo [de mandato] não dá e imediatamente retomamos conversas sobre federação com Republicanos, Solidariedade e o MDB", afirmou também.

Segundo Aécio, conversas com outros partidos e a possibilidade de uma federação estão sendo analisadas. "Podemos até retomar com o Podemos lá na frente a conversa sobre federações, mas não acredito mais que faremos uma fusão com eles. O que nós queremos ainda é construir um caminho de centro para o Brasil. Vamos buscar parceiros para isso, com serenidade, com responsabilidade e principalmente com respeito ao legado e a história do PSDB", declarou.

Antes da interrupção do processo, as duas siglas já haviam avançado significativamente nos procedimentos para tornar a incorporação possível. O PSDB tinha aprovado a proposta de união em convenção nacional da sigla em 5 de junho. Essa deliberação tinha caráter autorizativo, não impositivo. Também já existia consenso quanto à denominação provisória do novo partido, que seria chamado de PSDB+Podemos.

Aunidade das duas siglas tinha o objetivo de facilitar o cumprimento das cláusulas de barreira para evitar a perda de status político e de acesso, por exemplo, ao fundo eleitoral. Sem atingir as metas legais, as legendas correm o risco de se rebaixadas para uma espécie de segunda divisão da política. Atualmente, o PSDB é federado com o Cidadania, mas essa união acaba em 2026.

Fundado em 1988 a partir de uma divisão do PMDB (hoje MDB), o PSDB foi um dos principais partidos políticos do país depois da rede-mocratização. No período mais relevante, a sigla elegeu Fernando Henrique Cardoso, em

1994 e 1998, para dois mandatos de presidente. Nas últimas décadas, com o crescimento do campo direitista, a legenda perdeu espaço e chegou à situação atual, com risco de não cumprir as cláusulas de desempenho exigidas pela legislação.

O presidente do PSDB, Marconi Perillo (GO), confirmou a suspensão das negociações e a divergência sobre o comando da nova legenda. "Seguimos insistindo na ideia de construir uma plataforma política que agrupe o centro democrático e apresente ao país uma alternativa de poder"

Embora seja tratada como fusão, na prática, haveria a incorporação do Podemos pelo PSDB para evitar punições pelo rompimento antecipado dos tucanos com o Cidadania. Conforme anunciado no dia da convenção do PSDB, a nova sigla tinha tinha pretensões nacionais, mas sem um nome forte para concorrer à Presidência.

O mais cotado, até então, era o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, mas ele preferiu se desfiliar em maio e entrar no PSD, ainda com o discurso de que poderá concorrer à Presidência. Aliada de Leite, a ex-prefeita de Pelotas Paula Mascarenhas (PSDB) participou da convenção e tinha votado a favor da aliança comoPodemos.

O PSDB também perdeu a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, para o PSD, e vê investidas de outros partidos sobre o seu último governador. Eduardo Riedel (Mato Grosso do Sul) participou por videoconferência e declarou que "apoia integralmente" a fusão.

Afusão ocorreria após alegenda praticamente definhar após ver seus principais líderes atingidos pela Operação Lava-Jato e pelo surgimento do

bolsonarismo. O PSDB chegou a eleger 99 deputados federais e sete governadores em 1998, além de contar com 16 senadores. Na eleição nacional passada, nem lançou candidatura própria para a Presidência e elegeu apenas 13 deputados federais, três governadores e nenhum senador. Em 2024, teve sua pior eleição municipal da história.

Apresidente nacional do Podemos, deputada Renata Abreu, foi procurada pela reportagem para comentar a desistência do PSDB na fusão, mas não deu retorno.

Enquanto o PSDB busca novos caminhos, o Centrão decide permanecer no governo, mas sem novos cargos. No início deste ano, a **reforma ministerial** prevista pelo presidente Lula ainda era ventilada como forma de ampliar o espaço do Centrão no governo e, assim, garantir uma base mais sólida para o Planalto no Congresso. Agora, cinco meses depois de inaugurar a nova gestão das duas Casas legislativas, e faltando oito meses para o limite do prazo de desincompatibilização para os que vão disputar eleições, não há mais esperanças das legendas de conseguir mais um naco da Esplanada.

A constatação é de um membro do PSD, partido comandado por Gilberto Kassab, que almejava um espaço maior no ministério de Lula, principalmente para a bancada da Câmara, ressentida por ter somente a pasta da Pesca. Um deputado do partido ressaltou, em conversa reservada, que ele ainda não nota disposição de desembarcar do governo nem do PSD nem dos demais partidos do Centrão. "O clima é de "deixa estar para ver como é que fica"", disse o parlamentar. "Não é um desembarque, porque ninguém quer perder o espaço que tem. Mas não vejo mais os partidos querendo ampliar seus espaços no governo", disse.

Presidente da federação União Brasil-PP, anunciada em abril, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) defendeu na semana passada a saída do governo dos ministros do partido. Mas o partido pretende continuar com os três cargos na Esplanada. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (PP-AP), conseguiu recentemente a nomeação de um aliado para a Co-defasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba).

Lula fez reformas pontuais, mexendo com os cargos mais ligados a ele no Palácio do Planalto. Foi o caso da chegada da ministra Gleisi Hoffmannm à Secretaria de Relações Institucionais), em substituição a Alexandre Padilha, que foi para a Saúde, no lugar de Nísia Trindade. Nas outras pastas, Lula fez mudanças porque se deparou com situações insustentáveis. Foram os casos dos ministros Silvio Almeida (Direitos Humanos), suspeito de importunação sexual em relação à ministra Anielle Franco da (Igualdade Racial). Houve ainda as saídas dos ministros Juscelino Filho (Comunicações), envolvido em denúncias de desvio de verbas, Carlos Lupi (Previdência), após o escândalo das fraude no **INSS**, e da ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, desgastada após acusações de assédio arquivadas pela Comissão de Ética da Presidência da República três meses antes de sua demissão, em maio. (Com agências)

Site: https://digital.em.com.br/